

5 - O DIREITO A SAÚDE
ZAMPAIO

3 - ESTRATEGIA E FENÔMENOS VEICULOS
NÚMERO V

1 - A VERDADE E O MUNDO
BALANÇO

2 - A LINGUAGEM A OUSADA E O DIÁLOGO
INTEGRALMENTE CORTADOS

2 - JUSTIÇA CADA DIA
ARTIGOS

7 - VIDA E MORTALIDADE
REFLEXÕES SOBRE A
"PAZEM INTERRIS" de MANUÉL

MARTINS
8 - UNIDADE E RESPONSABILIDADES
DIÁLOGO E RESPONSABILIDADES

NA ÁFRICA ACTUAL -- BAVARES
DA SILVA

10 - NOTAS DO NOTICIÁRIO
CRÍTICO

1 - ARTES E LETRAS E REVOLUÇÃO
SOCIALISTA -- N.º DE BRAGANÇA



2 - O DIREITO A SAÚDE --- JORGE
SAMPAIO

3 - ESTRATÉGIA E RENDAS VELHAS ---
VASCO PULIDO VALENTE

4 - A VERDADE É SÓ UMA --- VASCO
PULIDO VALENTE

5 - AGRADAR A DEUS E AO DIABO ---
VASCO PULIDO VALENTE

6 - JUSTIÇA CEGA E SEM RECÓGIO
--- SERRA LOPES

7 - VIDA PARA LAMENTAR --- SERRA
LOPES

8 - SANIDADE E CARTILHA --- SERRA
LOPES

9 - O ESPIÃO APODRECE --- FERREIRA
GOMES

10 - UMA NOT-CRAVO CINEMA FERRA-
DURA --- FERREIRA GOMES

2 NOTAS DE ARTES E LETRAS

CRÍTICA AO "LOBRO" ---

MANUEL POPPE

CRÍTICA AO "GRANDE CIDADÃO"

--- VASCO PULCRINAMENTE

3 NOTAS DA REDACÇÃO

INTRODUÇÕES DAS 2 ANTOLOGIAS
E DOS FRAGMENTOS DA ENCÍCLICA

CORTES (aprovadas com)

2 períodos do artigo de

M. DE SANTOS LOUREIRO "PROBLEMA
DO DESENVOLVIMENTO AFRICANO"

Muitas junções do texto de
MAMADO DIA

MUITAS junções de começo de
ORLANDO e CARVALHO

UM PARÁGRAFO DA NOTA DE
FERREIRA GOMES: "O QUE É O BEM" 

*Problemas do desenvolvimento
Africano*

O TEMPO E O MODO — N.º 5

Provas remetidas à Censura

em 15-5-63

Prova n.º 28

Saída em 28/5/63



enquadramento social que os governos nacionais desenham, é de esperar que, com grande rapidez, os movimentos migratórios orientados para as cidades se intensifiquem, a ponto de ser lícito esperar que

nos próximos sete anos duplique a população residente nas cidades actualmente existentes no continente africano.

Deste fenómeno resultarão conseqüências que, pondo à prova a capacidade governativa dos dirigentes africanos, lhes permitirão fazer enveredar a África por uma via de desenvolvimento talvez apta a integrar com maior rapidez a população num sistema económico moderno e *permanentemente modernizável*. Derivada da progressiva concentração de populações em cidades poderá processar-se rapidamente uma modificação completa da mentalidade tradicional, convertendo cada africano afluído à cidade num indivíduo que, por haver perdido irreversivelmente contacto com o meio estagnado do interior, se torna receptivo a padrões de vida novos, a novas necessidades, a tipos de actividade diferentes na função e na intensidade. A revolução urbana, em África, como em outros continentes, criará, com a destribalização, um vasto e desenraizado proletariado urbano. Daí nascerão problemas inadiáveis de enquadramento político, de educação, de formação técnica e profissional, de emprego, obrigando à organização de recursos escassos, nalguns casos mesmo inexistentes em África. Porém, neste como em outros domínios da política interna, a eficiência com que for atacada a solução de tais questões ditará a rapidez com que a África ascenderá nas escalas do Progresso, quebrando com um passado sinuoso e cortando cerce algumas perigosas, mas naturais doenças infantis da independência.

SERVIÇOS DE CENSURA
(SÉDE)
AUTORIZADO
COM
GORTES

AGRICULTURA

A prática das políticas económicas de desenvolvimento demonstrou que a importância da agricultura como actividade económica indutora de desenvolvimento depende, em estreita medida, do grau de evolução atingido pelo sistema económico no seu conjunto. Esta verificação apoia-se, como não podia deixar de ser, em experiências nacionais das mais vastas, não sendo este o local próprio para discutir as suas razões explicativas. Apenas se deverá, por isso, salientar o facto para o ligar imediatamente ao nível global do subdesenvolvimento existente em África, extraíndo como conclusão que, no caso africano, a agricultura desempe-

Provas remetidas à Censura

em 16.5.63

Prova n.º 15

Saída em 28/5/63



Problemas do desenvolvimento Africano

vimento. A consolidação que os governos africanos tentarão realizar, transferindo progressivamente a posse do capital para os grupos autóctones, dará origem a constantes alterações na estratégia ocidental. Por outro lado, o contexto movente que durante longo tempo caracterizará o desenvolvimento africano provocará mudanças de orientação por parte de países africanos influentes. A inflexão da Guiné, reaproximando-se da França, não deixará de ter provocado algumas perplexidades nos países socialistas que ainda em 1960 financiavam cerca de 70 % do plano trienal do desenvolvimento deste país. A evolução das políticas de financiamento mostrar-se-á, então, logicamente sinuosa, embora tendencialmente discernível. Os anos próximos trarão crises, mas dificilmente deixarão que se revelem rompimentos bruscos e muito menos definitivos.

A África, como espaço económico subdesenvolvido, é um continente dependente, que terá de procurar num equilíbrio de relações a fórmula realista de alcançar o lugar que pretende no concerto internacional. As condições que reinaram durante o longo período de orientação colonial, a actual geografia política da África, a dificuldade crescente que os países subdesenvolvidos e subpovoados manifestam em reduzir as suas distâncias de atraso em relação às áreas mais desenvolvidas, conduzem a uma acumulação de problemas que os dirigentes africanos procuram resolver por meio de uma colaboração intercontinental cujas regras de jogo — muitas desfavoráveis à África — conhecem e, pouco a pouco, tentam modificar. Problemas cuja agudeza permanecerá, talvez, para além de um decénio, mas que serão resolvidos com o concurso de outros povos.

Como lemos algures, o continente africano encontra-se a caminho do terceiro momento da sua dialéctica. Submetida ao traumatismo colonial, lançada numa via de independência cujas contradições se tem esforçado por neutralizar, a África aproxima-se de uma prolongada fase de síntese, durante a qual as sociedades africanas terão de procurar e alcançar uma indispensável harmonização dinâmica entre os seus valores tradicionais mais válidos e as técnicas produtivas e sociais próprias às sociedades modernas. Absurdo seria negar ou tentar esconder as dificuldades que neste desafio a África terão de vencer. Mas mais absurdo e gratuito seria afirmar, movido por simples sentimento sem base objectiva, que os povos africanos abaixariam os braços antes de chegar ao fim de uma luta que, confusa mas irreversivelmente, começam a sentir ser sua.

M. DE SANTOS LOUREIRO

SERVIÇOS DE CENSURA
(SEDE)
AUTORIZADO
GOM
CORTES

Provas remetidas à Censura

em... 16-5 /63

Prova n.º 17

Saída em 28/5/63



**UMA NO CRAVO,
CINCO NA FERRADURA**

O «Diário de Lisboa» costuma apresentar à consideração dos seus leitores duas espécies, geralmente alternadas, de comentários: os que conferem e os que dizem que conferem mas não conferem. A primeira espécie é corajosamente coerente adentro da linha de orientação que o jornal se propõe defender; a segunda, reclamando-se embora dos mesmos princípios, logo se perde em sinuosos considerandos ou, as mais das vezes, em desoradas contradições. A fisiologia do vespertino vai sofrendo, assim, ora os efeitos sadios de uma transfusão de sangue novo e fresco, ora as depressivas consequências tóxicas de um envenenamento alimentar. O pobre do leitor, se desprevenido, corre o perigo de se confundir nos meandros deste singular regime dietético — o que é seguramente nocivo; se um bocado arguto, tende a indignar-se, a sentir-se traído, tira conclusões e julga — o que é arriscado porque pode ser injusto. A reputação do jornal, essa, desfoca-se cada vez mais a benefício, na melhor das hipóteses, de uma antipática e titubeante estratégia, aliás condenada, evidentemente, ao mais decepcionante dos malogros. Quando a gente diz «uma no cravo, outra na ferradura», está a supor a liberdade do ferrador na distribuição, em quantidade e em qualidade, dos golpes assestados. De outro modo, se a ferradura domina, são fatalmente uma ou duas no cravo e, pelo menos, cinco na ferradura...

**SERVIÇOS DE CENSURA
(SÉDE)
CORTADO**

F. F. G.

Provas remetidas à Censura

em... 10-5-63

Prova n.º 18

Saída em 28/5/63



VIDA PARLAMENTAR

Aprendem os jovens nos liceus, pelos seus bem elaborados compêndios, que, em tempos, existiu entre nós um monstro, («parlamentarismo» era a sua graça), responsável por grande número dos malefícios públicos e privados que afligiram o corpo social da Nação.

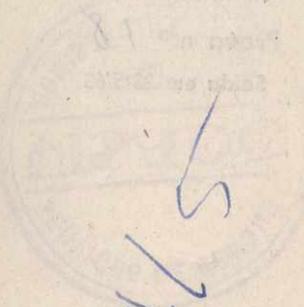
Muito foi já dito a tal respeito e não vale a pena alongarmo-nos aqui em considerações que o Diário da Manhã tem desenvolvido com facúndia. Interessa pôr em relevo tão somente que um diferente condicionalismo socio-político mudou a face das coisas: esconjurado o parlamentarismo (etimologicamente—governo governo pela assembleia eleita pelo povo) esconjurados foram certos vícios inerentes. Assim, por exemplo, sabe-o em peso o quinto ano do liceal, o parlamentarismo caracterizava-se, entre outras coisas, por grandes desmandos de linguagem, falta de respeito pelas opiniões alheias, baixeza na apreciação de pessoas e ideias.

Um edificante contraste, devemos-lo ao Sr. Doutor Gonçalves Rodrigues, professor da Faculdade de Letras e deputado à Assembleia Nacional. Num recente discurso pronunciado no exercício do seu munus parlamentar, S. Ex.ª referiu-se a um seu colega que, elegantemente não identificou, apodando-o de «pútrido pedaço de ectoplasma»...

A ática singeleza do estilo nem por isso torna despiciendas certas observações. Antes de mais, o qualificativo *pútrido* nos tempos actuais e sendo as coisas o que são, como diria De Gaulle, tem uma oportunidade flagrante. Depois, a referência ao ectoplasma, que, segundo a melhor doutrina espírita, é a substância emanada de um médium na qual se corporizariam os espíritos, possui ressaibos espiritualistas que cumpre assinalar e louvar. Oportunidade e espiritualidade, numa frase só. Poderá um homem público aspirar a mais, em tão poucas palavras?

S. L.

SERVIÇOS DE CENSURA
(SEDE)
CORTADO



5/1/73 173

SECRETARIA DE ESTADO
DO INTERIO

VIDA PARLAMENTAR

Apresentam os jovens nos seus países
sem uma elaboração conceptual, que
em tempos exultam entre os seus membros
(parlamentarismo: era o seu ideal).
responsável por grande número de leis
tidas públicas e privadas que afetam
o corpo social da Nação.

Muito foi lá dito e tal sentido e não
vale a pena atirarmo-nos aqui em con-
siderações que o Direito da Nação tem
desenvolvido com frequência. Interessa por
um breve momento que um dilema
condicionalmente socio-político mudou a
face das coisas, encontrando o país
nacionalismo, simoniacamente — governo
governo para a América (isto não é novo)
esquecidos os seus valores, não se
tenha a sua, por exemplo, sabe, em
pelo o direito que lhe dá o país
mantidas as relações de entre outros
coisas, por estudos de natureza de natureza
para, talis de respeito pelas opiniões
nítidas, batiza na existência de pessoas
cabeças.

Um edifício construído, devemos-lo ao
Sr. Doutor Gonçalves Rodrigues, profe-
sor da Faculdade de Letras e deputado
à Assembleia Nacional. Num recente dia
curso proferido no exercício do seu
município parlamentar, Sr. Ex. referiu-se a
um seu colega que elegantemente não
identificou, apontando o de espírito po-
sico de ecologia.

A ética burguesa do século não por
isso torna, despididas certas opor-
ções. Antes de mais, o qualificativo pa-
trio nos tempos actuais e sendo as
coisas o que são, como dita De Gaulle,
tem uma oportunidade lastimável. Depois,
a referência ao ecologia, que segundo
a melhor doutrina ecologista, é a subes-
tância da vida mediana, ou seja, se
compararmos os ecologistas, possivelmente
em ecologia, que sempre se consideram
o Jovem. Oportunidade e ecologia, não
deixa faltar ao Jovem um homem político
aportar a mais em tão poucas palavras?

em... 10-5 /63

Prova n.º 19

Saída em 28/5/63



JUSTIÇA CEGA E SEM RELÓGIO

Em estátuas, ex-libris e pinturas alegóricas, a Justiça aparece, mulher imponente, numa mão o gládio, noutra a balança, os olhos vendados. Não nos diz a tradição se usa ou não relógio. Porém, qualquer mediano observador dos nossos usos optará sem dificuldades nela negativa.

Lamentamos todos que a Justiça entre nós não use relógio. Bem precisada estava.

Diversas entidades oficiais responsáveis se têm já referido ao assunto e parece que está toda a gente de acordo: justiça sem presteza, lenta, ronceira, amnésica, rotineira, é justiça que vai hipotecando lentamente a segurança e dignidade que dela, no mínimo, os povos esperam. Os nossos tribunais, de um modo geral, acompanham a pé e em passo de procissão uma vida social que corre a velocidades de motor de explosão quando não a jacto. E ao parecer que mais se aproximam uns de outra, é certo que não foram os tribunais que aceleraram mas a vida social que abrandou.

Processos existem que guardam julgamento há um e dois anos. Em alguns, réus presos, esperam. Noutros, interesses vultuosos, direitos ofendidos, pendências urgentes, secam pacientemente quais plantas mortas em folhas de herbário.

As causas de tudo isto serão complexas. Mas a necessidade que tem o corpo social de confiar, para começar, na presteza da sua Justiça é imperativo a que não resistem complexidades causais nem interesses criados, sejam de que natureza forem e situem-se ao nível que se situarem.

S. L.

SERVIÇOS DE CENSURA
(SEDE)
CORTADO

em 16-5-1963

Prova n.º 20

Saída em 28/5/63



O DIREITO A SAÚDE OU «AQUI É PORTUGAL»

No liceu, aguentávamos as aulas de canto coral com paciência e alguma imaginação. Pretendia-se, uma vez por semana, dar ou fornecer preparação musical à juventude. Esta, por seu lado, um pouco afastada das claves de sol, mergulhava, com bonomia, em canções exaltadoras da mais vibrante fé patriótica. Gerações cantaram «Aqui é Portugal», onde se exaltava a semelhança entre, por exemplo, Funchal, Bolama, Macau ou Sintra.

*
* * *

Saídos do Portugal coral para o Portugal real, as mesmas gerações aperceberam-se da diferença e procuram sobreviver com ânimo e esperança.

*
* * *

Vem tudo isto a propósito de duas notas insertas no «Diário de Notícias» de 7 de Maio. A primeira (em forma de anúncio) referia que determinado indivíduo, também médico, aceitaria leccionar ciências, línguas (francês, inglês ou alemão) e ténis, na Metrópole ou no Ultramar.

A outra dizia que, após grave desastre de viação em Almodôvar — a 200 km da Capital —, uma das vítimas, dada a gravidade do seu estado, teve de ser transportada para Lisboa, falecendo no trajecto, presumivelmente por não ter suportado a gravidade dos ferimentos.

*
* * *

Uma coisa é consignar, em artigo ou Base de uma lei, o direito à saúde, outra é assegurar-lhe os meios de o efectivar no concreto, no nível geral, para todos, tanto em Lisboa ou Porto, como em Almodôvar ou Monsanto. Vejamos alguns dados que nos fornecem imagem bem diversa do Portugal de hoje, que não é a Avenida de Roma nem o Restelo.

Com referência a 1958¹, Portugal era o país da Europa com índice de mortalidade por tuberculose mais elevado (58 por 100 000 habitantes), enquanto que em todos os países vai de 40 por 100 000 (Espanha e Irlanda) até 5 na Holanda; quanto, por exemplo, ao índice de mortalidade infantil, já em 1957 (estamos preparados para acreditar que tenha diminuído) o índice foi de 88 óbitos de menores de um ano, por 1000 nados-vivos, enquanto que a média em 102 países não passou de 50.

Não se torna difícil constatar que, como algures se disse², uma coisa é a assistência às populações rurais — ou seja, a grande maioria do país —, outra às populações urbanas. «Embora os serviços de assistência obedeçam à mesma concepção, e aos mesmos órgãos directores, existem diferenças tão profundas entre as duas zonas que parecem constituir países sanitariamente independentes».

Claro que já há treze anos se dizia³ que «uma das deficiências mais graves da nossa assistência é a de socorros de urgência ao acidentes de viação. A maior

SERVIÇOS DE CENSURA
(SÉDE)
CORTADO

SERVIÇOS DE CENSURA
(SÉDE)
CORTADO

Provas remetidas à Censura

em 16-5/63

Prova n.º 21

Saída em 28/5/63



parte das vítimas «são enviadas—quando algum tempo de sobrevivência o permite — para os centros de Lisboa, Coimbra ou Porto, por vezes de 200 km de distância, com demora que só agrava a situação e um transporte que diminui ou corta as possibilidades de êxito. Os socorros médico-cirúrgicos de urgência não têm o menor esforço de organização...».

*
* * *

As verdadeiras questões são estas e devem pôr-se: qual é a verdadeira posição das massas rurais face à assistência médico-sanitária? Sente-se ou não se sente a vital necessidade de um Serviço Nacional de Saúde, que dê a todos possibilidades e que a todos faça sentir a real igualdade perante a lei? É ou não é a altura de a cada pessoa, a cada médico, inculir o verdadeiro significado da sua missão social, e portanto fazê-los avançar para o país com dignidade e condições de estímulo técnico-científico? Devemos ou não devemos todos avançar e redescobrir o outro Portugal Metropolitano?

*
* * *

De contrário, ninguém quererá Almodôvar ou Cernache, mas com tristeza e frustração, calçarão os sapatos de ginástica e darão lições de ténis.

¹ «Estudo sobre a Carreira Médica», (Ordem dos Médicos) — Lisboa, 1959.

² *idem*, pág. 18.

«Parecer da Câmara Corporativa sobre Organização Hospitalar», citado in *idem*.

SERVIÇOS DE CENSURA
(SEDE)
CORTADO

O GRANDE CIDADÃO
de Virgílio Martinho
Edit. Arcádia, 1963

O mundo do grande cidadão é um mundo implacável e ordenado, irracional e burocraticamente razoável. O grande cidadão, como todos os justos é um defensor da ordem, da raça; e de um futuro glorioso e feliz, o profeta e o fundador. Se também exige dos redimidos a barba feita e os dentes lavados, «a tese não passa de um truque para distrair e mecanizar na obediência».

Porém, qualquer hipótese de universo perfeito estará em perigo permanente até ao dia em que certos remédios providenciais forem descobertos. Como bem afirma o Insigne Ramiro, plagiando o Amado chefe: «Falta-nos saber onde se esconde, no recém-nascido, o vírus nocivo que contamina essa ser culpado dos três elementos malditos, rebeldia, desordem e imaginação».

Entretanto, já que Roma e Pavia se não fizeram num dia, a Milícia encarrega-se de velar para que, pelo menos, a rebeldia e a desordem se não manifestem e se não multipliquem. E à propaganda cabe cuidar dos malefícios da imaginação, oferecendo aos cidadãos pequenos «avisos para os olhos, sons para os ouvidos, objectos para as mãos, tudo para que os sentidos percarn a independência».

O pior é que, por vezes, o mal sobrevive ou se verifica incurável e, então, tornam-se necessários os grandes métodos dignos do grande cidadão: por comodidade e tradição histórica. As câmaras de gás.

Virgílio Martinho, como outros tantos, sabe que o processo é difícil, que as cerimónias em questão não podem deixar de ser «lentas e perfeitamente burocráticas» e que requerem «ciência, cálculos, prática»; embora sobre o assunto nada mais adiante.

Até aqui nada de novo, nada de novo nesta farsa ou sátira de, como se disse, antecipação (porquê antecipação?) nada que não seja familiar a um europeu, ou português, da primeira metade do século. As trezentas e tantas páginas de

Virgílio Martinho limitam-se a juntar numa única cidade, num único tempo e num único grande cidadão imaginários o que foi e ainda é reconhecível em muitos nomes e algumas cidades. Nada que não lembre mais depressa Swift e as «Viagens de Gulliver» do que, como igualmente se disse, o Huxley de «The Brave New World».

Trezentas páginas, pois, trezentas páginas com o fim confesso de desmontar minuciosamente os mecanismos da obediência, da colaboração, do medo e do ódio, de explicar o fenómeno Grande Cidadão e de interpretar a unanimidade e a submissão que o dito em rigor estabelece e assegura. Logo de início Mamã dá o tom e anuncia o que se passa: «Outros tão importantes como ele, seguindo-o por causa da importância de cada um, outros, os da valeta, seguindo para passarem despercebidos... é como um novelo, filho...».

Personagens e autor, portanto, animados da preocupação dominante de compreender. Autor animado do de fazer compreender. Daí a narração ser frequentemente interrompida para diálogos e monólogos esclarecedores, porém marginais. Daí alguma monotonia. Daí, finalmente, contundência e vivacidade, ironia e acidez, se não perdidas, pelo menos prejudicadas, atenuadas.

Diálogos nem sempre de uma imediata inteligibilidade, de uma verdadeira necessidade. O ininteligível, note-se, coincide frequentemente com o simples mal escrito e o supérfluo com o político superficial. Considere-se o exemplo: «Revisitados? — perguntou o Alquimista. — Sim, dos pés à cabeça, de tudo a tudo, como se fossem esqueletos. — como se fossem esqueletos? — Podem perguntar-te, de repente, na rua: Que estás tu a pensar? E tu respondes, pássaro, tu és um esqueleto nessa altura!».

Monólogos dialogados que, à falta de personagens-interlocutores, Virgílio Martinho, interrompendo a acção, usa como novo comentário (e para quê?) das situações. Volte-se ao exemplo: «Mas salvos de quê? De tudo, como homens que são estupidamente achincalhados por uma seita armada, pejada de códigos e de leis

CORTADO

(SÉDE)

SERVIÇOS DE CENSURA

CORTADO

(SÉDE)

SERVIÇOS DE CENSURA

Provas remetidas à Censura

em... 10-5-63

Prova n.º 25

Saída em 28/5/63



para camuflar. Pejadas de falsas místicas para camuflar. Pejadas de falsas ciências para camuflar essas armas. Com os Códigos, as Leis, as Místicas, as ciências em conjunto, para mistificar as teorias armadas, as outras filosóficas e as teorias só teorias».

E, contudo, apesar da constante vontade de esclarecer, de «mostrar», ou exactamente por causa disso, o romance de V. M. não aprofunda, nem ilumina de modo radicalmente diferente o conhecimento dos regimes totalitários passados e presentes e das motivações humanas que os provocam ou sustentam. Culpa também, claro, de um estilo elíptico e enigmático que muitas vezes o leva para simples considerações inobjectivas no género de: «Não é possível uma perfeição, uma felicidade, tudo se esgotou para nós nesse sentido. O Grande Cidadão é esse esgotamento». Culpa também da excessiva esquematização temática («A palavra é de ouro», p. e.) «O grande cidadão» representa um esforço honesto e em parte conseguido para ultrapassar a aparência das coisas e, o que não é o mesmo, as coisas aparentes.

Mamã, Beninda, Salomão, Heliodoro, o Alquimista, Agripina, os Insignes e os categorizados têm a humanidade e as dimensões romanescas das verdadeiras criações literárias (não das grandes: das verdadeiras), para além dos óbvios defeitos do romance. E muito do que «O grande cidadão» traz de original e autêntico está no confronto, voluntário ou não, entre a exasperante passividade de Mamã, «ser em estado de repouso, contemplativo, sim, alguma coisa de esfinge e de gata», que sabe «que o futuro está em jogo na sua velha pessoa» e que só «pensa, sim, com enorme força, na maneira de resistir sem ceder um palmo da sua independência» e a coragem desesperada de o Alquimista que proclama a urgência de «com armas ou sem armas, atacar para todos morerem, eles e nós».

E acrescenta-se, a terminar, que o nome de Virgílio Martinho não é de modo nenhum um nome a esquecer.

VASCO PULIDO VALENTE

SERVIÇOS DE CENSURA
(SÉDE)
CORTADO

Provas remetidas à Censura

em... 10-5-63

Prova n.º 26

Saída em 28/5/63

AGRADAR A DEUS E AO DIABO

Não se pode (nem se deve), como diz o ditado, agradar a Deus e ao Diabo. Isto é, se se quer liberalizar um regime, por razões de sobrevivência ou outras, não se pode pensar que o regime permanece idêntico, embora liberalizado. Ou seja, não se pode transformar um regime instaurado para servir certos grupos sociais, certos interesses e certas necessidades específicas, sem se vir a ofender esses grupos, esses interesses e essas necessidades com a transformação. Porque, das duas uma, ou se não altera nada ou, se se altera, altera-se. Bastante simples.

Se, como em Espanha, liberalização quer dizer «abrir à Europa», juntar-se aos Seis, aceitar o auxílio de De Gaulle e respectivas condições, desenvolver a indústria, competir internacionalmente no mercado agrícola, com o que isso implica de democratização dos costumes e renovação dos processos, não é compatível, por outro lado, julgar-se que ao defendê-la, se defende um regime de uma sociedade estática de latifundiários. Para o último «abrir-se» é suicidar-se, principiar o processo de evolução é condenar-se. E isto dado que se não evolui um pouco, se democratiza um pouco, se «abre» um pouco. O pouco, às vezes, torna-se irreversível. Euclides diria: ou se é ou se não.

Questão grave, esta da liberalização, que em Espanha divide os que são por e os que são contra. Que sucede que mata os que ficam no meio, como Julián Grimau, cujo destino (graciado? executado?) não passou de um episódio da contenda que opõe uns a outros. «Tempo de guerra continuado» (e, portanto, Grimau executado) quanto a estes, entre os quais a velha guarda da Falange e da guerra civil; tempo de abolir os tribunais militares para crimes políticos de civis, na opinião daqueles, entre os quais o Vice-Presidente Muñoz Grandes e o Ministro da Informação, Fraga Iribarne.

Entretanto, o resultado do conflito não se anuncia claro. Os problemas de sucessão (monarquia? república presidencialista?), verdadeiro fundo do caso, já que o Generalíssimo entrou nos setenta e está gravemente doente (doença de Parkinson), não estão, de certo, em vias de ser resolvidos. A balança oscila para um lado e executa-se Grimau, oscila para o lado contrário e abolem-se os tribunais militares para crimes políticos de civis. Do desequilíbrio final dependerá muita coisa.



SERVIÇOS DE CENSURA
(SÉDE)
CORTADO

O PÁSSARO DE ASAS CORTADAS

O filme de Artur Ramos, Pássaros de Asas Cortadas, resultou mau. O facto é lamentável, já porque o cinema português, esse nascituro, só tem a perder com tentativas fracassadas; já porque tanto a importância da temática abordada como a coragem que revelaram os responsáveis por este filme mereciam êxito. Mas disfarçar os piores males da obra seria uma traição a muita coisa e muita gente, a começar pelo realizador Artur Ramos, a quem será injusto aplicar o tratamento açucarado da indulgência crítica. Isto, de resto, não é habitual entre aqueles que, por simpatia ideológica, mais próximos se situam relativamente a Pássaros de Asas Cortadas. Mais concretamente: nunca se verificaria, relativamente a filme que defendesse ideologia oposta, tanta prontidão, por parte dos simpatizantes, em assinalar defeitos. Refiro-me às críticas sérias, e não à maledicência, que é universal e apolítica.

Para falar dos defeitos é certamente útil distinguir duas zonas: a dos que resultam do condicionalismo presente do cinema português (e que só progressivamente poderão ser eliminados pelos nossos cineastas); e a dos que, respeitando concretamente a este filme, podiam ter sido evitados.

Quanto aos primeiros, é fácil referi-los: vão desde a deficiência de meios técnicos aptos para uma fotografia impecável e um som decente até à falta de calo cinematográfico em matéria de interpretação (quer relativamente aos actores portugueses, quer relativamente aos que os dirigem).

O cineasta português da actualidade sofre de uma completa ausência de tradição. E se as obras estrangeiras que constituem a sua única fonte de conhecimentos lhe podem valer de muito, no que respeita à interpretação que tenha a ver com fala as lições alheias pouco ou nada adiantam. O problema da naturalidade está por resolver em termos de técnica, pois que há uma naturalidade de rua, outra de palco e outra de estúdio.

Os cineastas portugueses talvez menosprezem esta barreira enorme, que estragará muita coisa enquanto não for assimilada e divulgada a técnica própria para resolver o problema da naturalidade do intérprete cinematográfico que fala português. Acresce que as circunstâncias forçam os realizadores a recorrer a intérpretes sem nenhuma experiência e que, embora livres do problema que constitui uma experiência errada, trazem compreensíveis dificuldades à direcção de actores. Um bom director de actores pode fazer maravilhas com estreantes, e um bom actor pode ajudar imenso um realizador estreante. Mas quando a estreia é de ambas as partes, só a intervenção de um taumaturgo especializado poderá obstar a que haja deslizes muito incómodos.

Convém ainda acrescentar ao rol das deficiências de ordem geral as que resultam da intervenção de tesouras estranhas à mesa de montagem (em alguns momentos, estes Pássaros largaram mesmo muita pena).

No que respeita aos defeitos próprios do filme, o mais grave é sem dúvida o que resulta de uma planificação aparentemente sem unidade. As fórmulas empregadas variam muito de sequência para sequência e de cena para cena, e nem sempre essas transições se justificam. Um exemplo: o recurso à objectiva Pancinor, a qual pode constituir um fundamentalíssimo elemento estilístico e que, neste filme, aparece mais como uma ferramenta entre várias do que em função de uma exigência de fundo. E isto é tão mais flagrante quanto o Pancinor só intervém de vez em quando.

As personagens constituem outro ponto fraco. Nenhuma logra ultrapassar completamente a barreira do esquemático, embora a planificação se tenha ocupado com inegável êxito das de Elsa e Francisco, e Hugo Casais tenha logrado uma boa composição física, que defeitos de interpretação vocal vieram, infelizmente, prejudicar. No entanto, nenhuma das referidas personagens foi bem trabalhada de princípio ao fim: a tomada de consciência de Elsa podia processar-se sem passar por certos surtos de desembaraço que nos parecem em desacordo com a pessoa dada por Lúcia Arman, e Francisco, a quem um dos melhores planos do filme (o da refeição) confere assinalável força dramática, perde esse

AUTORIZADO
COM
GORTES

SERVIÇOS DE CENSURA
(SÉDE)



trunfo no modo como foi tratada a sua presença na importantíssima cena na sala do patrão (um bom grande plano no momento em que aparece Rodrigo não basta para atenuar os defeitos do resto da cena). E se os actores Leónia Mendes e Paulo Renato são, dentre os intérpretes, os dois melhores, o segundo vê o seu notável esforço prejudicado por a sua personagem nunca beneficiar de uma situação em que possa ganhar foros de personalidade. A paixão de Elsa permanece inexplicável porque inexplicada, tal como as referências da rapariga ao que de diferente o arquitecto tinha ou devia ter relativamente às outras pessoas da sua entourage. Aquela personagem seria desastrosa se interpretada por um actor mediano (embora seja de considerar que o filme corria o risco de se descentrar relativamente a Elsa se Paulo Renato tivesse oportunidade de empregar a fundo as suas possibilidades).

Um terceiro defeito: a fraqueza da fotografia (com excepção da cena final). Os interiores e os exteriores nocturnos apresentam fragilidades que nem em Portugal são inevitáveis.

Cumpra agora assinalar o que atenua o sombrio desta apreciação. É de justiça que não se faça caso das reais dificuldades representadas por certas amputações e pelos problemas de ordem geral que afectam a feitura de qualquer filme português, porque esta obra contém valores tão evidentes que são eles a melhor força de uma argumentação que se recuse a ver em Pássaros de Asas Cortadas um mero caso de mais um filme português que não triunfou.

Em primeiro lugar, há na concepção geral do filme uma sobriedade que deve louvar-se. Fugiu-se com o melhor dos êxitos ao falso dramatismo porque se criaram condições de argumento e mesmo planificação em que as mais clássicas situações surgem com suficiente espontaneidade para gritarem que o seu escândalo reside em serem verdadeiras (muito boa a ideia do «folhetim radiofónico» declamado por Rodrigo). Nunca é demais insistir neste ponto: o artificialismo de certas cenas nunca resultou de serem mal concebidas em termos de argumento

(exemplo: a brutal surpresa do acidente de Odete só não constitui um imenso trunfo por a execução cinematográfica da cena no Guincho ser muito fraca, para o que não é pouco o contributo negativo da iluminação primária).

Outro valor: há elementos capitais na concepção geral do filme que beneficiam de bons momentos de cinema, sendo os melhores exemplos os muito bons planos em plougée sobre o golfe (onde tudo é perfeito); a refeição em casa do motorista (excelesantemente iniciada com o elemento sonoro fornecido pelo programa radiofónico); e o percurso de Elsa desde o ampl opinhal até à praia (há raccords duvidosos, mas o conjunto resulta inegavelmente feliz).

A música é ainda um elemento a salientar (incluindo a escolha dos trechos tocados na sequência do Casino).

* * *

De tudo quanto aqui se apontou, que concluir?

Relativamente a Artur Ramos, as qualidades reveladas por alguns aspectos da película fazem ressaltar ainda com mais força as duas fraquezas fundamentais que são a falta de unidade estilística e a irregular atenção dada às personagens. Não haveria dúvidas ou problemas se não pressentíssemos em Ramos o desejo de ir muito mais longo do que o suficiente que já se percebe estar ao seu alcance, com um pouco de mais calo. O seu segundo filme deverá responder à interrogação que este deixa em suspenso.

No que respeita ao cinema português, parece de toda a oportunidade vincar que os nossos cineastas devem trabalhar pensando sobretudo nos problemas específicos da nossa cinematografia. Tudo quanto não preveja à exaustão, as projecções que ocasionam tais problemas corre o risco de se estatelar. E porque a inflexão da voz e o contróle dos gestos são dois problemas portugueses que a nossa cinematografia ainda não aprendeu a resolver, aqui se profetiza êxito artístico e comercial ao primeiro filme português que consiga dar completa vida às suas personagens.

AUTORIZADO
 (SEDE)
 SERVIÇO DE CENSURA
 COM
 GORTES

Provas remetidas à Censura

em 15-8-1963

Prova n.º 29

Saída em 28/5/63



A VERDADE É SÓ UMA?

Declarações contraditórias, atrás de declarações contraditórias, após contraditórias declarações. Ninguém parece entender-se e, na verdade, ninguém se entende. Ou entendem-se muito bem todos. O que é o mesmo e não é muito bom que se saiba.

Em Fevereiro, um dos libertados chefes da invasão malograda da Baía dos Porcos, Manuel Penabaz, acusava o governo dos E. U. de ter retirado aos atacantes a cobertura aérea previamente prometida. Em suma, faltara-se a palavra dada, para não dizer pior. Penabaz disse pior. Disse: «Fomos atraícoados». Robert Kennedy responde ulogo: «O presidente não retirou nada; não prometeu nada; não podia retirar nada». O jornalista Jack Gore, contou depois que, numa conferência de imprensa, o presidente afirmara que tencionava retirar a cobertura aérea. Robert Kennedy tornou a responder: «Nunca houve tal conferência. Gore mente». Insinou-se, então, que, a não ter prometido Kennedy, prometera antes Eisenhower. E Eisenhower declarou a seguir que, antes não prometera. Culpou-se Robert Kennedy de «distorcer a História». O incidente foi encerrado.

Muitos meses corridos, dois meses, o caso reabriu-se. Kennedy (o presidente) proibiu as incursões em território cubano, de comandos vindos de território americano. Miró Cardona, presidente do Conselho Revolucionário e ex-partidário de Fidel Castro, detentiu-se. Sobre as razões da demissão, Cardona disse várias coisas também. Disse que John F. Kennedy prometera a invasão, uma nova invasão.

Que dissera que o problema era essencialmente militar: coisa para seis divisões. Que os E. U. as poriam ao dispor dos exilados. Que os E. U., agora, perseguiam os anti-castristas. Que, agora, deviam ter feito um acordo secreto com a U. R. S. S. para «coexistir» nas Caraíbas. Ripostou a Casa Branca. Kennedy não prometera tal. Kennedy não dissera tal. Kennedy não oferecera tal. As declarações de Miró Cardona eram «falsas e tendenciosas». Miró Cardona «distorcia a História».

Antes de comentar o assunto, será, contudo, conveniente lembrar que, entre as promessas e a demissão de Cardona, passaram-se os foguetões de médio alcance e a crise de Outubro. O que transformou a conjuntura. O que levou à conclusão de que mesmo a guerra por interposta pessoa se já não faz sem risco.

Kennedy precisa: «Serão os E. U. A. a decidir da paz e da guerra neste hemisfério». E não os exilados de Cuba, escusado pormenorizar ainda. Apetece, sim, perguntar qual é o hemisfério e porquê só aquele. De facto, vê-se que os limites de recíproca tolerância foram traçados, que não convém ultrapassá-los. Miró Cardona não tem sorte, nem importância. O jogo já não se joga como de costume.

Isto em conta, apenas depois, tranquilamente, se irá discutir quem prometeu o quê a quem e quem distorceu e como, que História. Porque, ao que consta, a verdade é uma e ainda há gente que se interessa por isso.

V. P. V.

SERVIÇOS DE CENSURA
(SÉDE)
CORTADO

SERVIÇOS DE CENSURA
(SÉDE)
CORTADO



ESTRATEGIA E RENDAS VELHAS:
a propósito de um inquérito
a Robert McNamara

Uma comissão senatorial investiga as condições em que o contrato para a construção do bombardeiro nuclear T. F. X. foi atribuído pelo Secretário da Defesa dos E. U. A., Robert MacNamara, à companhia *General Dynamic and Grumman Aircraft Engineering*, em detrimento da *Boeing* (a outra concorrente). Trata-se de um ataque, pelo menos, pessoal e político. E pediu a mencionada supra investigação Henry Jackson (alcunhado o «Senador Boeing»), que não se esquece mesmo de acusar MacNamara de «usar métodos ditatoriais». Certas pessoas opuseram-se, certas pessoas não foram ouvidas, diz. O Pentágono não é MacNamara, esclarece. Assim vão as coisas.

Ora o Pentágono é um edifício com cinco lados, e a mais poderosa máquina de guerra que existiu. Pentágono, este, que vivia sob o confuso, embora decidido, reinado de um homem com cinco estrelas em cada ombro: o general da Força Aérea, Curtis LeMay.

E o facto não teria qualquer importância se, entre esses cinco lados e essas cinco estrelas, se não pudesse decidir da paz e da guerra ou (o que pode ser quase o mesmo) da sobrevivência e do aniquilamento da Terra. Não a teria se Curtis LeMay, comandante em chefe do celebrado S. A. C. (*Strategic Air Command*), não fosse também o teórico e o mais entusiástico partidário da denominada estratégia das Represálias Massiças, não fosse o homem que, durante a crise de Outubro «queria destruir Cuba todos os dias antes do pequeno almoço» (dixit General Maxwell Taylor, chefe dos Estados Maiores Conjuntos).

E conte-se, para ilustração, que LeMay e a S. A. C. consumiram, em breves anos

(15), sete Secretários da Defesa, um dos quais, James Forrestal, acabou por se atirar pela janela fora; cinco biliões e seiscentos milhões de dólares em programas de desenvolvimento e fabrico de 58 armas inúteis, abandonadas antes de se tornarem operacionais (comunicação ao Congresso de Robert MacNamara); e o trabalho e o tempo de 400 comissões supérfluas.

Compreenda-se que Curt LeMay é a expressão, em termos militares, do que em diplomacia e orientação política se encarnava em John Foster Dulles.

As consequências práticas disso, essas, são bem exemplificadas pela alternativa posta a Eisenhower, quando do início da crise do Laos: ou a destruição total da região ou apenas a possibilidade de enviar um divisão com armamento clássico por trinta dias (caso o *stato quo* em Berlim o permitisse), isto é, a guerra total ou uma espécie de abandono. Muitos abandonos conseguem levar, tarde e cedo, como se pode calcular, a uma acentuada propensão para a guerra total.

O que o oitavo Secretário da Defesa, McNamara, o ex-presidente da Ford Motors, vai encontrar ao tomar posse é, assim, uma organização interna caótica, uma estratégia absoleta e um poder inútil. Mas entenda-se inútil cuidadosamente. Por uma razão simples, inútil. O princípio de que o poder político (civil) deve definir os objectivos e os modos de os prosseguir e de que a máquina militar cabe fornecer-lhe a força necessária, do tipo fixado, havia sido invertido. O Pentágono (portanto, a facção militar, portanto, a principal arma de Represálias Massiças, portanto, a S. A. C., portanto, LeMay) criava a força nos moldes que de si decidia e o poder político conformava-se e adaptava-se-lhe. Curt LeMay sobrevivera a Foster Dulles. As Represálias Massiças ao seu tempo.

SERVIÇOS DE CENSURA
(SÉDE)
CORTADO

SERVIÇOS DE CENSURA
(SÉDE)
CORTADO

Provas remetidas à Censura

em.....10.5.1963

Prova n.º 31

Saída em 28/5/63



O que acontece. Aconteceu também que Kennedy, ao ser eleito, possuía um instrumento militar inutilizável e carecia de um, diferente, que servisse diferentes designios.

Em Março de 1961, McNamara deve, pois, criar um novo pensamento estratégico de acordo com o pensamento político do poder civil, e uma força armada que lhe convenha. Daí, da necessidade exposta, nasce a estratégia da Resposta Flexível. O poder útil, que permite, como em Cuba, defender determinados interesses sem correr irreversivelmente para a guerra nuclear. Daí nasce a remodelação do exército americano: a reestruturação das unidades tradicionais e das unidades de transporte. Aí, sobretudo, pára a obsessão das Represálias Massiças, com uma capacidade de destruição cada vez maior e com uma correlativa cada vez maior impossibilidade de emprego eficaz.

No processo, claro, alguns interesses e algumas convicções ofendidas tentam reagir. O inquérito levado a cabo pelo Senado não sofre diversa interpretação. A opção feita poupa ao Estado um bilião de dólares; os projectos apresentados pela Boeing para dois aviões não correspondem ao pedido que era de um avião só, simultaneamente para a Marinha e para o Exército. As medidas tomadas, aparentemente, não se justificam.

Porém, comunidades locais, perto das fábricas Boeing, sofrerão com a mudança de fornecedor. Os representantes dessas comunidades gostariam de ser reeleitos. O partido das Represálias Massiças não seria indiferente a um voltar-atrás providencial. As indústrias da armamento ligadas às ditas Represálias Massiças achar-se-ão em dificuldades. Logo, o inquérito. Há sempre, parece, quem queira retardar o que já aconteceu.

V. P. V.

CORTADO

(SÉDE)

SERVIÇOS DE CENSURA



O LOGRO

de Mário Dias Ramos

Não é tarefa difícil assinalar a estirpe de escritores em que Mário Dias Ramos (guardadas as devidas proporções) se insere: Sartre, Camus, Samuel Beckett (Beckett de L'Expulsé, por exemplo: atendendo mais às coisas que diz do que à forma como as diz — faça-se, por comodidade, a distinção) enfim, todos aqueles autores que Colin Wilson estudou, ou poderia ter estudado, na inteligente obra *The Outsider*. Na verdade, o herói de *O Logro* — herói principal que funciona como linha condutora de todo o romance, eixo de todas as situações — é, também, um estrangeiro, um homem fora do seu lugar que desconhece e procura desesperado, tal qual o herói de Albert Camus, de S. Beckett ou de J. P. Sartre. E, ainda, um homem testemunha e exemplo dos homens de uma época, de um determinado estágio da evolução da humanidade. Ao seu desespero soma-se o inconformismo e eis que, pouco a pouco, se define a escolha da renúncia, o aprofundamento da negação, a decisão de viver o exílio — este estrangeiro, este ser permanentemente deslocado, é um exilado: em parte alguma a sua pátria. Mas, a necessidade de um ponto de referência, de um lugar que saiba o lugar próprio, é vital e, assim, ele acaba por transmutar, precisamente, a evidência da indeterminação de tal lugar em ponto cardinal; acaba por definir a inviabilidade de todos os valores e a impossibilidade de qualquer valorização, como único valor e a partir de tal axioma existe.

O homem descobre-se logrado: afinal, a vida não é o que lhe fizeram acreditar ela era, e os valores recebidos em herança esfumam-se quando postos à prova; afinal, a coisa parece mais complicada: há mentiras tremendas a denunciar (a lucidez impiedosa não é uma das características menos importantes daqueles a que Colin Wilson chama estrangeiros: o estrangeiro é o homem que se choca contra uma natureza humana adoentada, porque lúcido). E como se revela o logro? Um

pequeno incidente pode bastar: para o herói do livro que analisamos foram suficientes uma punição despropositada e demasiado severa, quando criança (págs. 14 e 15), e o descobrir que o seu camarada Jorge, moralista a esquivar a frequência dos bordeis, pratica o incesto com a irmã; assim, acaba por concluir: toda esta gente que te rodeia, mata, rouba, pratica o incesto, reza, sofre, delira e alheia-se com a mesma força e resignação (pág. 27), toda esta gente é incoerente, automistifica-se, procura, com afimco, ignorar os erros sobre os quais vai alicerçando a sua morada. Eis uma descoberta sempre terrível. Esta vida não serve, que vida viveremos? O estrangeiro afirma claramente (...) que é um homem capaz de ver (...) na realidade, o seu caso é o de um homem que sabe estar doente adentro de uma civilização que ignora estar doente (*The Outsider*, versão espanhola, pág. 23, Taurus Ediciones, Madrid, 1957). O herói de *O Logro* sabe que está doente, sabe que os outros estão doentes, e reconhece que a doença de que sofre lançou raízes profundas na sua alma. E se os outros aceitam as coisas nesses termos, se procuram acomodar-se o melhor possível, esquecer, tal atitude repugna ao estrangeiro, ao herói de M. D. R.: o logro não é só no résto: encontra-se, também, dentro de nós quando suportamos uma situação falsa. O homem que pressente e aclara o logro depara com uma única solução: a revolta. E, aqui se inicia outro calvário: a luta em que o homem se vê jogado conforme vai descobrindo poderosas resistências íntimas e externas. A luta é uma procura-recusa da própria entidade (pág. 52). Obrigado a escolher dentro de si — porque rejeita uma posição que, no entanto, poderia haver vivido — reconhece-se dono de meios excessivamente pobres para que não naufrague. E acaba por recolher a renúncia, a negação definitiva, por aí tenta libertar-se. Poderemos dizer que o momento em que o homem incarnado pelo herói de M. D. R. (como pelo Mersault de Camus, o Molloy de Beckett, o Roquentin de Sartre) descobre o logro e decide não colaborar nele,

SERVIÇOS DE CENSURA
(SEDE)
CORTADO

SERVIÇOS DE CENSURA
(SEDE)
CORTADO



decide apartar-se, é um momento de liberdade — renunciar é, talvez, o único gesto verdadeiramente livre que pode consumir, que se lhe afigura coerente, REAL (dessa realidade ausente de tudo o mais que não as coisas, a natureza — natureza cujo significado permanece indecifrável). Renúncia é recusa, recusa é separação. E o herói de *O Logro* teima na sua recusa, aprofunda-a, procura os limites, e parece triunfar ao tornar-se definitiva a cisão homem-mundo (De longe, quase por sugestão vêm-se as luzes da cidade (...)). Diviso-as distantes e irrecuperáveis. Irrecuperáveis, enfim!, págs. 48 e 49). Triunfo menor, fugaz: afinal, o que lhe fica entre as mãos é, tão só, a certeza da morte (A morte é a única coisa de que os homens têm a certeza, pág. 56), e, depois, a náusea (o nojo) alastra-se por sobre ele, submerge-o: Corre (...) sem domínio de si, uma mancha de sangue sobre a retina, dominado por um nojo visceral que se mistura com o odor da valvulina queimada de «caixa» de velocidades e o invade, todo, até ao vômito — assim termina o primeiro romance de Mário Dias Ramos. E, mais uma vez, o parentesco com Sartre, com os escritores do absurdo, cruéis denunciadores de farsas, surge evidente. Eis, quanto a mim, o defeito fundamental desta obra. *O Logro* lembra, demasiado, outros livros, outros autores. Lidas meia dúzia de páginas começamos a adivinhar o que se vai seguir e dizemos: pois, cá está, eu sabia que isto ia ser assim. E não adivinhamos graças a mera intuição, adivinhamos graças a experiência de leituras: já sucederam coisas muito semelhantes em livros que lemos, anteriormente. As situações dramáticas não podem deixar de repetir-se e, consequentemente, muito se terá que repetir sem que isso possa ser tomado como sintoma da pobreza do autor? Antes de mais, apenas superficialmente os factos se repetem e se apresentam idênticos, depois... mas, já lá vamos. Por agora que fique bem claro não estar eu a considerar M. D. R. um plagiador. Não se trata disso. O problema é diverso; resulta,

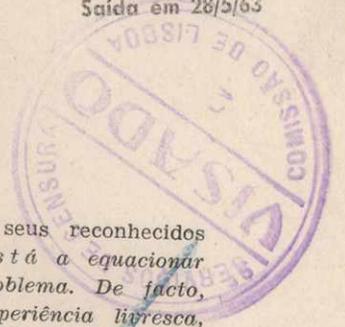
creio, de um determinado conjunto de circunstâncias que não vitimaram só M. D. R. — muitos outros escritores, que a crítica e os prémios literários, paradoxalmente, distinguiram, pouco fazem para além de dar vãsão à sua memória literária, falhos de espírito criador, mas providos de talento, produzindo uma feita literatura livresca, portanto, estéril. E chegamos a um ponto que podíamos intitular: os malefícios da difusão do livro (da obra de arte). O intelectual tem, hoje, singulares possibilidades de enriquecer a sua cultura, de levar a cabo uma, mais ou menos, esmerada educação artística. A difusão do livro, do cinema, do disco, das antologias de reproduções de pinturas, atingiu grande intensidade. Por isso, o intelectual tem muitos bens ao seu alcance: basta-lhe dispor de tempo e dinheiro ou amigos prestáveis. Mas, se daí advêm, com certeza, notáveis benefícios, nem tudo são rosas nestas facilidades da cultura. O aspirante a artista, neste caso a escritor, prejudica-se: o excesso de leituras, de conhecimentos que apenas pode viajar pela rama, desvia-o de si próprio, desorienta-o; senhor de um virtuosismo que ler lhe vai emprestando, o aspirante a escritor refugia-se no mais fácil e o mais fácil não é, naturalmente, demandar a própria voz, antes é lançar mão do que encontra mais perto e que a frequência das leituras lhe oferece. (Este é também, o refúgio do talento — ou, a única maneira do talento destituído de espírito criador estar na literatura). Acima de tudo, o que o seu talento amestrado consegue é mascarar, aos seus próprios olhos e aos olhos dos menos avisados, as superficialidades, os lugares-comuns que o aspirante a escritor desenvolve. Desistindo da pessoal procura (ou, incapaz dela) aproveita o que as bibliotecas lhe podem emprestar. Ora, se o recurso é a experiência livresca, não admira que o leitor conclua nada de novo lhe trazerem certas obras — ele já conhece aquilo de qualquer lado. Por mais que o autor procure coincidir com as modas, utilizar este e aquele processo que fizeram resultar aquelas passagens

CORTADO

SERVIÇOS DE CENSURA (S.E.D.E.)

CORTADO

SERVIÇOS DE CENSURA (S.E.D.E.)



daquelas obras célebres, a irremediável superficialidade vem, infalivelmente, ao de cima. Volta-se, pois, a M.D.R. Ao finalizar a leitura de O Logro, verificamos que, essencialmente, nada de novo nos foi comunicado; que os conflitos delineados no romance se não afirmam originais. E, afinal, não se volta, só, a M.D.R.; para melhor entendimento das razões que nos levam a considerar menor a obra em causa, é indispensável retomemos o problema da situação dramática incontornáveis — problema de análise difícil e demorada, mas de que focaremos, apenas, o indispensável à ilustração da tese defendida.

Ora, parece que sim, que podemos isolar umas tantas situações dramáticas (repetindo-se através das obras dos maiores, como dos menores, autores) a que um ficcionista terá, sempre, de recorrer. Mas, há, também, nos criadores literários, uma qualidade extraordinária: a de reviver as situações, mergulhando nelas graças a abissal mergulho dentro de si. O artista criador descobre dentro de si um caminho virgem que o levará a visitar determinada situação dramática; esse caminho é um caminho em que tudo se transfigura, inclusive a própria situação, pois o caminho é dentro dela. O artista criador pega numa realidade comum e individualiza-a: com a sua vida vive dentro dela, e fá-la viver na sua (dele) vida. E a realidade é nova.

Agora, talvez se compreenda o que exigimos ao deplorarmos nada de novo nos dizer O Logro; e, agora, talvez se compreenda o que exigimos a uma obra literária para que nos agrade — apenas isto: que o seu autor seja dono de uma visão original, que o autor seja capaz de no-la revelar, revelando-nos os caminhos que dentro de si descobre a ligá-lo às coisas, a possibilitar-lhe as viva. Quando José Régio diz (Pequena História da Moderna Poesia Portuguesa, pág. 52, Editorial Inquérito, 2.ª edição), a propósito de Gonçalves Crespo, que faltou a este poeta uma individualidade original, digamos um foco ou centro pessoal, uma intimidade própria, que desse ver-

dadeiras raízes aos seus reconhecidos méritos artísticos, está a equacionar grande parte do problema. De facto, algum talento, a experiência livresca, assistem (com certeza, o primeiro, em muito menor quantidade do que assistiu a Gonçalves Crespo) ao autor de O Logro; o que ele não revela, neste primeiro livro de ficção, é uma individualidade original, uma intimidade própria, o que ele não revela é essa qualidade que referimos atrás, apanágio de todo o grande artista, a qual possibilita reviver, no íntimo, quaisquer situações e, ao reconstituí-las na obra de arte, revelar delas aspectos inconfundíveis e singulares. Assim, as tais situações dramáticas guardam no livro de M.D.R. o sabor do lugar-comum, que o talento disfarça mal. Porque mesmo a forma claudica: muitas vezes aparece o lugar-comum (Serrana, criada entre giestas e a solidão esguia dos pinheiros, trazia consigo a aragem da montanha e a aspereza das fragas, pág. 23), até no traçar das figuras (como é fácil a figura de Bernardo Apolo! O apologista duma arte para o povo que pretende expulsar de sua casa um operário com seis filhos, a fim de melhorar as suas instalações... E todo o capítulo em que desfilam os intelectuais da nossa praça, não vence os limites duma graça frívola, incaracterística) no traçar das situações (recorde-se, a págs. 24, a cena durante a qual Eduarda se entrega com furor erótico (cega e ardente) à terra e à neve, em perfeito holocausto de movimentos...). O que há de melhor neste livro é o testemunho que representa — e por isso dei um certo desenvolvimento ao que ele me pareceu querer significar. Para além da sua actualidade, pouco, muito pouco mais. Todavia, esse pouco mais deixa entrever uma personalidade de artista autêntico e algumas qualidades que obras futuras poderão, talvez, revelar enriquecidas.

MANUEL POPPE

¹ Coleção Nova Vaga, Guimarães Editores, 1963.

REFLEXÕES SOBRE A «PACEM IN TERRIS»

A notável Encíclica é dirigida não só aos cristãos do mundo inteiro mas também a «todos os homens de boa vontade». Foi este o primeiro «escândalo» de um documento em que o Chefe da Igreja Católica parte do homem e dirige um apelo a todos os homens em nome do direito natural.

Os elogios vieram de toda a parte e dos horizontes mais diversos. Chefes do Estado como Kennedy, Kruschef e Fanfani, o Secretário Geral da ONU e dirigentes de vários organismos internacionais. Chefes religiosos de outras confissões, a imprensa mundial, todos se pronunciaram com entusiasmo pela nova encíclica que à Igreja traz uma mensagem de renovação e juventude e nos de fora desperta sincero interesse e profunda expectativa pelas posições do Papa perante os problemas de vida ou de morte que atormentam a humanidade. Uns e outros descobrimos o que nos une, mais que aquilo que nos separa, e do Papa recebemos um apelo para construir um mundo melhor do que o nosso mundo.

Mesmo entre nós se esgotam as edições e muitos querem ler na íntegra as palavras que tanta esperança despertaram já nos resumos distribuídos antes da Páscoa pelas agências noticiosas. E, se não se foi tão longe como pareciam indicar os títulos de certa imprensa de sensação — «João XXIII recomenda o diálogo co mos comunistas» era um título do *Paris-press* — o certo é que logo esta encíclica se considerou revolucionária, qualquer coisa de definitivo na vida da Igreja, na linha objectiva da linguagem do 2.º Concílio do Vaticano, um documento num tom absolutamente novo, com precisões e ajustamentos da doutrina a factos e situações muito concretos.

É natural que cada agrupamento humano ou instituição tenha ficado mais sensível àquilo que, na Encíclica, melhor responde às suas aspirações, acentua e corrobora as linhas de força de tais movimentos. Assim, todos os organismos internacionais para a paz e a emancipação política, económica e cultural dos povos do Terceiro-Mundo insistem no respeito que o Papa manifesta pela ONU e no ardor com que defende a descolonização. Não nos admiremos também que nos países de Leste o tom tenha sido de franco elogio no sublinhar as partes da encíclica que condenam a corrida aos armamentos e o recurso à violência para solucionar os conflitos entre os povos.

Este artigo correrá também o risco de não ser mais do que uma interpretação muito pessoal das palavras do Papa. Mas será também, e ao mesmo tempo, a voz dum cristão como tantos outros, que vibrou com a «Pacem in Terris», a leu e releu com singular contentamento e julga ver nela a «carta de alforria» para os leigos cristãos, encantado com



SERVIÇOS DE CENSURA
(SÉDE)
CORTADO

as extraordinárias perspectivas que nos abre para uma actuação eficaz no mundo que é o nosso.

Na origem, está um velho simpático de oitenta e dois anos que con-

Na origem, está um velho simpático de oitenta e dois anos que conserva o segredo e a frescura da juventude. Por mais de uma vez João XXIII afirmou o seu optimismo perante o nosso tempo; por mais de uma vez condenou os «profetas da desgraça». É que as críticas ao nosso tempo, a angústia perante o devir da História, a inquietação por um amanhã fora das normas absolutas e imutáveis da civilização cristã-ocidental são, nos nossos dias, sinal infalível de envelhecimento.

Outra é a vez do Papa. Ele acredita em Deus, por isso acredita no homem. No Homem criado à imagem e semelhança de Deus, capaz de construir o nosso tempo e de lhe canalizar a evolução. No Homem que cai e se redime, capaz de retrocessos mas também capaz de se renovar e progredir.

Daí o nosso entusiasmo pelo tom desta Encíclica, a transbordar de optimismo cristão.

Como não haveria de ser assim se apanamos o nosso mundo e os homens nossos irmãos, se vivemos com eles a evolução que processam e por vezes nos arrasta, se sofremos com eles sobretudo quando, em dores de parto, gritam a gestação de um mundo novo?

O que espanta é a simplicidade e a verdade que o Papa pôs nas análises ao nosso tempo, não sendo de menor importância os resumos que, depois de cada capítulo da nova encíclica, se intitulam «sinais dos tempos».

SINAIS DOS TEMPOS

«Três fenómenos caracterizam a nossa época.

Primeiramente a promoção social e económica das classes trabalhadoras. Partindo da reivindicação dos seus direitos, especialmente de natureza económica e social, avançaram em seguida os trabalhadores para as reivindicações políticas e finalmente empenharam-se na conquista de bens culturais. Hoje, em toda a parte, os trabalhadores exigem ardorosamente não serem tratados como simples coisas, sem entendimento nem liberdade, à mercê



SERVIÇOS DE CENSURA
 (SEDE)
 CORTADO

do arbítrio alheio, mas como pessoas em todos os sectores da vida social, tanto no sector económico-social como no da política e da cultura.

Em segundo lugar, o facto por demais conhecido do ingresso da mulher na vida pública, mais acentuado talvez nos povos de civilização cristã; mais tardio, mas já em escala considerável, em povos de outras tradições e culturas. Cada vez mais consciente da sua dignidade humana, a mulher já não admite o ser tratada como um objecto ou instrumento, exige ser tratada como uma pessoa tanto no lar como na vida pública.

Notamos finalmente que em nossos dias evoluiu a sociedade humana para um padrão político e social completamente novo. Uma vez que todos os povos já proclamaram ou estão para proclamar a sua independência, acontecerá dentro em breve que já não existirão povos dominadores e povos dominados.

As pessoas de qualquer parte do mundo são hoje cidadãos de um estado autónomo ou estão para o ser. Hoje ninguém quer estar submetido a poderes políticos estranhos à sua comunidade ou ao seu grupo étnico. Assistimos, em muitos povos, ao desaparecimento do complexo de inferioridade que reinou durante séculos e milénios; noutros, ao contrário, atenua-se e tende a desaparecer o com-

SERVIÇOS DE CENSURA
(SÉDIE)
CORTADO



plexo de superioridade proveniente de privilégios económicos e sociais, sexo ou posição política.

«UM GRANDE APELO AO AMOR»

Com estas palavras a anunciou o próprio Papa em Quinta-feira Santa. Dia particularmente significativo para os cristãos, dia da unidade e do amor em torno da Mesa Pascal, último testemunho do amor do Senhor. Tal data confere à encíclica um sentido mais profundo na linha do que escrevia um comentador autorizado, o P. Congar: «Parece que João XXIII prossegue num ideal grandioso, o da unidade dos homens na Paz e o da unidade dos cristãos pela reconciliação na unidade da Fé».

O primeiro passo nesta linha terá de ser dado pelo reconhecimento mútuo dos direitos e deveres, tema da primeira parte da encíclica. Como ponto de partida, a afirmação essencial, quer nas perspectivas da fé quer nas exigências da sã filosofia, de que «cada ser humano é uma pessoa», dotada de inteligência e vontade livre, sujeito de direitos e deveres.

Não é a primeira vez que o Papa defende o direito natural. Tem de reconhecer-se que desde Leão XIII e sobretudo com Pio XII, se foi trazendo uma sùmula dos direitos do individuo, em riscos de se ver esmagado pelo Estado, ou pelo Partido, ou por outras forças de pressão social. Aliás a encíclica cita constantemente os dois Papas referidos, mas adaptando os princípios às situações de hoje e deixando de lado certa terminologia jurídica que porventura limitava o alcance aos seus antecessores.

Começa o Papa por insistir no «direito à existência, à integridade física e aos meios necessários e suficientes para uma vida digna»; refere concretamente a alimentação, vestuário, alojamento, repouso, assistência médica e serviços sociais.

Quanto aos direitos relativos aos valores morais e culturais, precisa-os de modo a não deixar dúvidas, referindo a necessidade de uma educação-base, formação técnica e profissional e livre acesso aos graus superiores de cultura «consoante os méritos e competência de cada um».

«Todo o ser humano tem direito ao respeito da sua pessoa, à sua reputação, à liberdade na procura da verdade, na expressão e difusão do pensamento e na criação artística, salvaguardadas as exigências da ordem moral e do bem comum; tem igualmente direito a uma informação objectiva».



SERVIÇOS DE CENSURA
(SEDE)
CORTADO

Claro que o Papa não faz demagogia e logo explica que todos os direitos — refere também o direito à prática religiosa, o direito ao trabalho, à emigração, à reunião e associação — são título que exige outros tantos deveres. E que sem este respeito mútuo não haverá, «pois que uma convivência baseada unicamente

em relação de força nada tem de humano». Longe da demagogia, esclarece ainda o Papa que «quem reivindica os próprios direitos mas esquece por completo os seus deveres ou lhes presta menor atenção, arrisca-se a destruir com uma das mãos o que com a outra tenta construir».

RELAÇÕES ENTRE OS CIDADÃOS E A AUTORIDADE

Neste capítulo tão importante da nova encíclica, o Papa preferiu não se alongar nos princípios da fundamentação jurídica do Poder. Os Governos não existem senão «para o bem comum», «para a defesa dos direitos e cumprimentos dos deveres».

Destruindo de vez velhos mitos que em dada altura chegaram a aniquilar muitos cristãos, João XXIII declara que «é impossível definir de uma vez para sempre qual a melhor estrutura para a organização dos poderes públicos», mas afirma ser mais conforme aos dados da natureza humana «a organização política das comunidades fundadas numa conveniente divisão de poderes, legislativo, executivo e judicial». A referência à tão celebrada distinção de Montesquieu levou um socialista francês, em comentário entusiasta, a celebrar a consagração, pelo Papa, dos princípios da Revolução francesa e dos homens de 1789. Nós vemos aqui um símbolo: a consagração, pelo mais alto poder espiritual da terra, de um princípio jurídico nascido, não apenas fora da Igreja, mas até contra instituições a que, ao tempo, o catolicismo parecia amarrado irremediavelmente. Maritain deve sentir-se feliz...

Mas se o Papa se recusou a consagrar com a sua preferência esta ou aquela forma de regime, não deixou entretanto de explorar muito em

SERVIÇOS DE CENSURA
(SÉDE)
CORTADO

concreto, caminhos que parecem dever ser os do nosso tempo, na senda de uma maturidade política cada vez mais consciente.

Chega a especificar a necessidade de diálogo e contactos entre cidadãos e dirigentes para que estes alcancem «um conhecimento mais exacto das exigências objectivas do bem comum». Deseja «a renovação periódica dos titulares de cargos públicos que impede o envelhecimento da autoridade e lhe assegura uma renovação de acordo com a evolução social».

O capítulo termina, como é habitual, com os sinais dos tempos: «Os homens do nosso tempo adquirem uma consciência mais viva da sua dignidade; o que os leva a tomar parte activa na vida pública do Estado e a exigir que o direito positivo dos Estados garanta a inviolabilidade dos seus direitos pessoais. Exigem, além disso, que os governantes não cheguem ao poder senão de acordo com normas definidas pela lei e que não exerçam as suas funções senão dentro dos limites da constituição».

«Atesta a experiência que, em faltando por parte dos poderes públicos uma actuação apropriada com respeito à economia, à administração pública, à instrução, sobretudo nos tempos actuais, as desigualdades entre os cidadãos tendem a agravar-se cada vez mais, os direitos da pessoa perdem o conteúdo e fica comprometido o cumprimento dos deveres correspondentes».

Podemos concluir que, no pensar do Papa, aliás já na mais firme linha de S. Tomás de Aquino, o poder não é privilégio mas serviço, doação ao bem comum. E todos os governantes fariam bem em meditar estas linhas da pregação do Papa em Quinta-feira Santa, na Missa que celebrou perante o Corpo Diplomático: «O Papa gosta de se chamar Servo dos servos de Deus: sente-se e esforça-se por ser o servo



SERVIÇOS DE CENSURA
(SEDE)
CORTADO

de todos. Deus queira que aqueles sobre quem pesa a responsabilidade da comunidade humana saibam reconhecer que a sua autoridade será tanto mais aceite pelos povos quanto melhor eles a exercerem num espírito de humilde serviço e total doação ao bem de todos».

«TODOS OS HOMENS TÊM, POR NATUREZA, IGUAL DIGNIDADE»

Eis-nos chegados à parte da encíclica que mais tem sido comentada na imprensa mundial e que se reveste, em nossos dias, de inegável urgência: relações entre as diversas comunidades nacionais.

Consta que o Papa teria pensado na «Pacem in Terris» por alturas da crise de Cuba, no último Outono, quando enviou uma mensagem de apaziguamento aos governantes e chamou a atenção do mundo para o absurdo de uma guerra nuclear. É neste capítulo que se condena abertamente toda a espécie de guerra, de corrida aos armamentos, de experiências nucleares, se traçam os princípios de um verdadeiro código da paz entre as nações e se apela sobretudo para um desarmamento geral e progressivo, reflexo e consequência do desarmamento interior de cada um de nós.

A encíclica afirma de entrada a «igualdade de todas as comunidades políticas em dignidade humana». Portanto, apesar das diferenças de cultura, de virtude, de capacidade inventiva e de recursos materiais, «os mais favorecidos não têm direito algum a explorar os mais fracos; antes os obriga, a todos e a cada um, o dever mais premente de contribuírem para a sua elevação recíproca».

O Papa reprova ainda toda a espécie de colonialismo, económico ou cultural, sublinhando com insistência, na esteira da «Mater et Magistra», que «o auxílio a estes povos não pode de forma alguma vir acompanhado de qualquer pressão sobre a sua independência. Tais povos é que devem sentir-se os principais construtores e os primeiros responsáveis do seu progresso económico e social». Antes de judiciosas considerações sobre o respeito devido às minorias e os direitos dos refugiados políticos, João XXIII lembrava ainda que a verdade nas relações entre os povos «proscree radicalmente os métodos de informação que, violando a verdade, atinjam injustamente a reputação de um povo»; que as relações entre os povos se conformem com as regras da justiça, mas nas questões de colisão de interesses», os conflitos não podem regular-se nem pela força das armas, nem pela fraude ou pelo embuste, mas sim, como convém a pessoas humanas, com mútua compreensão, pela ponderação objectiva dos dados e mediante um compromisso equitativo».

Chegámos ao fulcro da encíclica, à razão de ser de todas as demais palavras de João XXIII. «É humanamente impossível admitir que a guerra seja, na nossa era atómica, o meio adequado para obter justiça



SERVIÇOS DE CENSURA
(SEDE)
CORTADO

de uma violação dos direitos». Alguns poderão acusar o Papa de ingénuo, um idealista a viver fora das realidades duras e amargas, mas não será difícil encontrar nas suas palavras e eco daquelas outras do Sermão da Montanha: «Bem-aventurados os obreiros da paz».

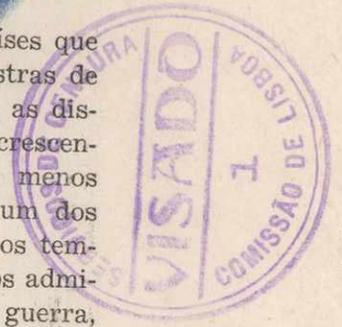
Poderão, outrossim, argumentar que nunca na história os países que professavam inspirar-se nos princípios do Evangelho deram mostras de pensar ou agir de forma diferente. Aduzidas em desconto todas as distinções entre o ideal e os homens que tentavam objectivá-lo, e acrescentadas todas as explicações sobre a mentalidade de séculos menos evoluídos nos princípios da consciência moral, parece-me este um dos maiores escândalos da Cristandade, a de hoje como a de todos os tempos. E isto não obstante as palavras de Graham Greene: «Não nos admiramos, nesta definição de civilização cristã, com a presença da guerra, da injustiça e da crueldade, com a ausência da caridade. Tudo isto pode existir num estado cristão. Mas tais marcas não são as do cristianismo, são as dos homens». (G. GREENE, *La civilisation chrétienne est-elle en péril?*», in *ESSAIS CATHOLIQUES*, p. 21).

Hoje, que a humanidade tomou consciência de ser uma, as nações, de que dependem estreitamente umas das outras, os homens, de que laços profundos de natureza os unem por cima de todas as diferenças acidentais, porquê a guerra?

«É-nos doloroso verificar como em Estados economicamente mais desenvolvidos se têm fabricado e fabricam ainda gigantescos armamentos. Gastam-se nisso somas enormes de recursos materiais e energias espirituais. Impõem-se sacrifícios nada leves aos cidadãos, enquanto outras nações carecem da ajuda indispensável ao próprio desenvolvimento económico e social.»

Costuma justificar-se esta corrida ao armamento aduzindo o motivo de que, nas circunstâncias actuais, não se assegura a paz senão com o equilíbrio de forças. Se uma comunidade política se arma, faz com que também outras comunidades políticas porfiem em aumentar o próprio armamento. E se uma comunidade política produz armas atómicas, dá motivo a que outras nações se empenhem em preparar armas semelhantes, com igual poder destrutivo.

O resultado é que os povos vivem em terror permanente, como sob a ameaça de uma tempestade que pode rebentar de um momento para o outro em avassaladora destruição. Já que as armas existem, se parece difícil que haja pessoas capazes de assumir a responsabilidade das mortes e incomensuráveis destruições que a guerra provocaria, não é impossível que um facto imprevisível, um simples acidente sejam suficientes para provocar a conflagração. Mas admitamos que a monstruosidade dos



SERVIÇOS DE CENSURA
(SÉDE)
CORTADO

efeitos de tais armas afaste hoje os homens de entrar em guerra: se não se põe termo às experiências nucleares com fins militares, receamos que elas possam ter conseqüências fatais para a vida sobre a terra.

Eis porque a justiça, a recta razão, o sentido da dignidade humana exigem terminantemente que se pare com essa corrida ao poderio militar; reclamam a redução paralela e simultânea do armamento existente nos diversos países; que sejam banidas as armas atômicas e finalmente que se chegue a um acordo para a gradual diminuição dos armamentos, na base de garantias mútuas e eficazes.»

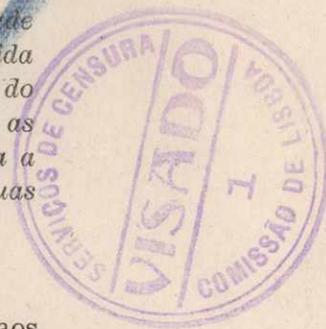
João XXIII, «Pacem in Terris»

Esta humanidade «una», ninguém, por menos atento que viva aos «sinais dos tempos», duvida que esteja em vias de se formar, para lá de todos os embates e conflitos latentes entre Europa e povos de Bandung, nações ricas e países subdesenvolvidos, Rússia europeia e China Continental.

O Papa também não ignora como são graves as divergências e como, de um momento para o outro, podem estalar horríveis cataclismos. Mas é justamente para os evitar que traça, numa terceira parte da sua encíclica, os princípios de um «poder político universal com eficácia à escala do mundo». Tal organismo deve manter-se «imparcial para com todos, absolutamente estranho a todo o espírito partidarista e atento às exigências objectivas do bem comum universal». De acordo com estas exigências, não faltará quem cante loas as palavras do Santo Padre.

Mas parece-me ser visão muito realista o facto de João XXIII referir explicitamente a confiança que deposita na Organização das Nações Unidas, a célebre O.N.U. tão caluniada por alguns. Ao menos aproveita a ocasião para lhe definir a finalidade: «manter e consolidar a paz entre os povos, favorecer e desenvolver entre eles relações de amizade fundadas no princípio da igualdade, do respeito mútuo e da mais larga colaboração em todos os sectores da actividade humana». E mais uma vez o Papa vai ao encontro do nosso tempo ao consagrar a «Declaração universal dos Direitos do Homem» aprovada na Assembleia Geral das Nações Unidas a 10 de Dezembro de 1948.

Com esta aceitação e reconhecimento dos esforços de homens de todos os credos e todas as raças, o Papa situa-nos mais uma vez em perspectivas mundiais, muito para além dos limites da sua Igreja. E desta atenção ao mundo de fora, decorrem importantíssimas normas pastorais para a actuação do scristãos. Direi mesmo que tais orientações me aparecem como a grande novidade da «Pacem in Terris» para o mundo católico. Elas vêm na mesma linha de toda uma série de pioneiros que, de há alguns anos aos nossos dias, têm ensaiado, em vários tons e esca-



SERVIÇOS DE CENSURA
(SÉDE)
CORTADO

las, o diálogo com os homens seus irmãos. Hoje temos de lhes agradecer, a eles que tornaram possível esta parte da encíclica: Padres Operários, fundadores da Acção Católica, militantes sindicalistas, socialistas cristãos, em suma, todos aqueles que têm vivido nas fronteiras da Igreja, em diálogo permanente com o mundo não cristão. Não vêm de há muito tais esforços, ainda não terão influenciado senão uma reduzida minoria, por isso me atrevo a escrever que o Papa me parece escandalosamente avançado em relação à massa dos cristãos. É que, como muito bem observa o P. Daniélou no admirável «Essai sur le Mystère de l'Histoire», podemos distinguir na Igreja três estados de espírito sucessivos perante as realizações temporais que foram nascendo no mundo moderno um tanto à margem, para não dizer contra os meios por ela influenciados: a princípio, a rejeição pura e simples de tais movimentos, o que levou os cristãos a erguerem barricadas e a refugiarem-se num «gheto» fari-saicamente defendido. Assim aconteceu, por exemplo, nas origens do movimento operário.

Seguiu-se a tentativa para formar, ao lado das organizações laicas, idênticas associações para católicos que assim acompanhavam, do lado de lá da linha divisória, a caminhada política e social do nosso mundo: é o caso de certos partidos católicos, dos sindicatos cristãos, da imprensa católica.

Finalmente, e parece ser milagre do nosso século, os cristãos começam a actuar com os outros cidadãos e no meio deles, para a construção do mundo. Já a encíclica «Mater et Magistra» recomenda esta «colaboração leal» e desinteressada que me parece a mais consentânea com as obrigações da nossa fé para com o mundo e a que melhor salvaguarda e respeita os valores profanos.

NÃO BASTAM AS BOAS INTENÇÕES...

O Papa não esconde as exigências para os cristãos empenhados neste esforço «de obter que as instituições económicas, sociais, culturais e políticas não ponham entraves e muito ao contrário favoreçam o aperfeiçoamento dos homens, tanto no plano natural como sobrenatural». E logo acrescenta, contra todas as veleidades de amadorismo, que nestas tarefas humanas não bastam «a luz da fé nem a boa vontade» para a eficácia. Elas exigem, outrossim, «competência científica, aptidão técnica e experiência profissional».

E vem então a síntese maravilhosa que há-de permitir, neste como noutros planos, um autêntico desabrochar humano, na paz e na contribuição de todos para o bem comum: «A verdade será o fundamento



Provas remetidas à Censura

em 20/5/63

Prova n.º 65

Saída em 28/5/63

das relações entre os homens, a justiça a sua regra, o amor mútuo o motor e a liberdade o seu clima».

Aos católicos exige a encíclica que cultivem a sua fé, a aprofundem e fortaleçam, não sem lamentar que tantos que se dizem cristãos não tenham efectivamente realizado o Evangelho por falta desta «unidade interior de pensamento e atitudes de modo a que toda a actividade seja penetrada pela luz da fé e o dinamismo do amor».

Posta a questão nestes termos — e vêm-me à ideia os comentários de um artigo do P. Congar a propósito dos Padres-Operários: «quanto mais se vive nas fronteiras mais necessário se torna estar ligado ao centro» —, os cristãos devem colaborar de muitas e variadas formas, «quer com os cristãos separados, quer com aqueles que vivem fora de toda a fé cristã mas permanecem fiéis à moral natural».

O que acabamos de referir, que o Papa diz provir das regras elementares da natureza, apoia-se numa distinção muito singela de que «é de justiça distinguir sempre o erro e aqueles que o cometem». E surge o parágrafo que, de todos, mais tinta fará correr: «Cumprir não identificar falsas teorias filosóficas sobre a natureza, a origem e a finalidade do universo e do homem, com os movimentos históricos de finalidade económica, social e cultural ou política, embora tais movimentos encontrem nas referidas teorias filosóficas a sua origem e inspiração».

O Papa justifica: «A doutrina, uma vez formulada, é aquilo que é, mas um movimento, mergulhado como está em situações históricas de contínuo devir, não pode deixar de lhes sofrer o influxo e portanto é susceptível de alterações profundas. Aliás, quem ousará negar que nesses movimentos, na medida em que concordam com as normas da recta razão e interpretam as justas aspirações humanas, não possa haver elementos positivos dignos de aprovação?»

As últimas linhas referidas parecem garantir que a Verdade total não será pertença exclusiva de quem quer que seja e muito menos poderá conferir direitos a formular juízos contra tudo e contra todos.

A posse da verdade não confere direitos — aqui pensamos nas mais belas páginas do Maritain de «Humanismo Integral» e «Princípios de uma Política Humanista» — antes nos deve tornar humildes perante a riqueza que possuímos e exigentes na resposta. Mais uma vez esta resposta nós é pedida: enquanto membros da Igreja, enquanto cidadãos de uma Pátria, espera o Papa que sejamos os primeiros a criar, na verdade e na liberdade, este princípio de mundo novo. Insiste ainda em que se multipliquem as relações entre os povos: para que, conhecendo-se mais perfeitamente, mais intensamente possam vir a amar-se e a viver em paz. O amor de Cristo, que nos une por cima de toda a espécie de fron-



SERVIÇOS DE CENSURA
(SÉDE)
CORTADO

Provas remetidas à Censura

em 20/5/63

Prova n.º 66

Saída em 28/5/63

teiras, deveria ser mais que suficiente. Mas temos ainda os laços da fraternidade humana a unir-nos todos para a construção do mundo.

Não sei de que forma e em que medida a encíclica «Pacem in Terris» vai encontrar aceitação no mundo de hoje. À primeira vista, é de desanimar a boa consciência com que certos órgãos da nossa imprensa afirmaram que ela «nada traz de novo». Aos contentes consigo mesmos, a própria encíclica responde que «nos é proibido quedarmo-nos satisfeitos com os resultados obtidos». Este convite à intranquilidade, a um pôr-em-causa permanente, parece não ter encontrado eco em muitos, como certo Chefe de Estado de país católico que não se esquece de afirmar a sua fé e fidelidade à Igreja, e confessava, depois do aparecimento da outra notável encíclica de João XXIII, «Mater et Magistra», que ela estava já de há muito realizada...

O tempo dirá: Por vezes tenho medo do nosso cristianismo estéril e desvitalizado. É um cristianismo sem Cristo, todo ele fórmulas e ritos mas sem conteúdo de amor. Mas a interrogação é que não pode evitar-se: disse o Senhor que éramos o sal da terra e a luz do mundo. Acreditamo-lo realmente? Que somos essa força purificadora? A luz que irradia para o mundo?

Encontrei-me há dias com um rapaz cristão, da melhor cepa católica. Acabava de ler um romance antibelicista e achava-o de um idealismo perigoso, desconcertante. Retorqui-lhe com a encíclica do Papa. Ele observou: «Mas tudo são palavras, boas intenções. Ai de nós se fossemos seguir literalmente João XXIII». De reflexão em reflexão, ele concluía desiludido que os «idealistas» já não têm lugar na terra, que os santos não são deste mundo e nos complicam a vida a cada instante. Lá o deixei, por fim, com o veneno e a inquietação de uma observação que a mim próprio me fere e entra como ferro em brasa: «Mas não será este porventura o grande testemunho de Evangelho? Esta confiança no homem sempre renovada a aproximar-se da confiança que Deus tem em cada um de nós? A certeza da espantosa eficácia dos meios pobres? Ou já não haverá no nosso tempo lugar para Cristo?»

Que o grito saia da boca de quem quer que seja, menos dos que se dizem e julgam seus discípulos.

Nós sabemos que a Igreja é eternamente jovem. Que em todos os séculos ela remoja e provoca primaveras de esperança: mas nem sempre elas frutificam em outonos de fecundidade por falta de correspondência dos cristãos.

Hoje o problema está-nos posto: a resposta pertence-nos: aos cristãos e a todos os homens de boa vontade.

MANUEL MARTINS

12

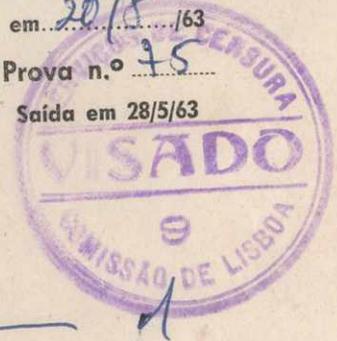
SECRETARIA DE CENSURA
VISADO
CORTADO (SEDE)
SERVIÇOS DE CENSURA

Provas remetidas à Censura

em 20/5/63

Prova n.º 75

Saída em 28/5/63



ELEMENTOS PARA UMA ORGANIZAÇÃO FUTURA DA ECONOMIA AFRICANA

ROPOMO-NOS examinar quais são os elementos necessários para organizar uma futura economia africana (...).

Em primeiro lugar, importa salientar, como peça capital, uma política de investimento com muito diversa e maior importância e dirigida de modo muito diferente da que, até aqui, tem vindo a seguir-se. Primeiro, são necessários investimentos mais consideráveis. Sabe-se, com efeito, que, se o ritmo dos investimentos públicos aumentou para o quádruplo do que era no período entre as duas guerras, é ainda três e cinco vezes inferior ao que deveria ser para permitir a realização dos objectivos previstos. Cinco peritos da O.N.U., encarregados de avaliar o capital externo necessário para aumentar de 2 % por ano o rendimento nacional dos países subdesenvolvidos, calcularam que eram precisos para esse efeito, tendo em conta o aumento provável das populações, 6.000 biliões de francos ou 14 biliões de dólares, sendo a contribuição actual da ordem dos 600 biliões de francos¹. É verdade que os países

¹ Medidas a tomar para o desenvolvimento económico dos países insuficientemente desenvolvidos. O.N.U., por um grupo de peritos (capítulo XI, Capitais estrangeiros).

dependentes beneficiam das cotas mais importantes na repartição, mas creio que esse facto só fez surgir mais plenamente a insuficiência do ritmo dos investimentos e a necessidade de o aumentar. Esta última consideração impõe-se com tanto mais vigor quanto em África, tal como em todas as regiões subdesenvolvidas, a introdução das técnicas industriais e das modernas técnicas de cultura, os progressos da higiene e a elevação dos níveis de vida devem normalmente ter por consequência o aumento do nível médio de vida e o acréscimo da população. É claro, com efeito, que um tal processo ameaça aniquilar os níveis de vida dos habitantes, individualmente considerados. Alguns economistas que aprofundaram o estudo da relação dos investimentos com os níveis de vida dos países subdesenvolvidos, partindo das premissas dos peritos da O.N.U., conseguiram demonstrar que a percentagem dos 2 % — que tão remota é ainda — é ridiculamente insuficiente e que, sejam quais forem as circunstâncias, o ritmo de crescimento do nível de vida a que dará lugar nunca permitirá que os países subdesenvolvidos recuperem o seu atraso em relação aos países economicamente desenvolvidos².

Podemos ainda perguntar se os esforços resultantes dos investimentos não estarão acima das possibilidades dos países desenvolvidos. De novo, neste particular, a resposta dos peritos é inequívoca. O total do rendimento nacional dos países da Europa Ocidental, da Austrália, dos Estados Unidos da América e do Canadá é cerca de 350 biliões de dólares. Mesmo abstraindo do esforço que normalmente caberá aos países mais desenvolvidos do bloco soviético, obter-se-ão os 14 biliões de dólares previstos com uma exportação de apenas 4 % do rendimento nacional. Ora, entre 1905 e 1913, a Grã-Bretanha exportou 7 % do seu rendimento nacional e os Estados Unidos, no decurso dos anos 1946-1951, exportaram capitais, sob a forma de doações ou empréstimos, na ordem de uma cadência anual superior a 3 % do seu rendimento

nacional. Assim sendo, trata-se menos de possibilidades objectivas do que de uma reconversão total do esforço do investimento, que tem que estar ligado a uma transformação da economia de guerra, que absorve 80 % do total dos investimentos, em prejuízo de uma economia humana de assistência e solidariedade, único factor de paz. Neste capítulo, a ideia, lançada em Estrasburgo, dum Banco Internacional especializado em investimentos nos territórios de além-mar, é da mais alta importância. Mas, no que diz respeito a uma política de investimento, a orientação é ainda mais decisiva. Deste ponto de vista, as propostas dos peritos da O.N.U. parecem-nos, em si próprias, altamente criticáveis. Reduzem-se, com efeito, a um acréscimo anual da produção industrial da ordem dos 10 %, enquanto que apenas 4 % dos rendimentos nacionais dos países subdesenvolvidos seriam consagrados ao desenvolvimento da agricultura, decompondo-se da seguinte forma: 1 % para os serviços de pesquisa e vulgarização; 3 % em utensílios e equipamentos. Não é possível impedirmo-nos de aproximar estas percentagens das das Repúblicas Populares, o que não deixa de ser inconveniente para o futuro do casamento proposto aos países insuficientemente desenvolvidos. Só nos temos referido, noutros sítios, aos perigos que implica a política que até aqui se tem seguido. Pertence às diferentes forças públicas assumir as suas responsabilidades, em vez de as alijar para sociedades de economia mista que dirigem de facto os interesses privados e que bem depressa degeneram em verdadeiras oligarquias. Talvez seja preciso para ajudar esta tendência a afirmar-se, ou seja para permitir que os governantes substituam totalmente as sociedades de economia mista pelas forças públicas que os representantes autoctones das populações africanas dêem provas de maior coragem e de maior desinteresse, do que aquela que habitualmente testemunham. A mesma vigilância se impõe em relação ao Banco Internacional destinado a financiar hipotecas privadas nos territórios de além-mar. Não se trata de, sob esta capa, se introduzir uma internacionalização disfarçada da exploração capitalista, por intermédio de sociedades de investimentos especializadas. Não se trata de favorecer a ressurreição dum neo-colonialismo internacional, a coberto do jogo das opções entre investimentos para o ultramar e investimentos para a Europa. Trata-se, essencialmente, abolindo os monopólios num regime que não será de exploração, mas de assistência, de permitir que todas as forças, mesmo quando não assumam responsabilidades africanas, contribuam para o desenvolvimento dos países de além mar que, como acabamos de ver, necessitam de um considerável contributo de capitais. Foi neste espírito que a Suíça consistiu em fazer empréstimos importantes à África do Sul e ao Congo Belga e que a Suécia participou activamente no equipamento da Etiópia. É também esse o sentido da recomendação adoptada pela Assembleia Europeia de Estrasburgo, ao afirmar num dos seus considerandos «*que o desenvolvimento económico desses países (os territórios dependentes) e o bem-estar dos seus habitantes aumentarão tanto mais depressa quanto os países da Europa, que não têm responsabilidades coloniais forem admitidos a auxiliá-los com os seus recursos económicos, financeiros, científicos e técnicos*». Desde que se respeite a condição de ser excusado qualquer espírito de *consortium*. A partir daqui, não será difícil fazer admitir pelo organismo inter-governamental que é o Banco Ultramarino que os investimentos deverão ter como objectivo primordial satisfazer as necessidades das populações locais. É evidente que uma tal tarefa não pode ser exclusivamente confiada a técnicos sensíveis principalmente a considerações de rentabilidade económica. Convirá pois que se admita no seio destes organismos (bancos e sociedades de investimentos) uma representação autêntica e eficaz dos territórios interessados,





designados não pelos governos e parlamentos nacionais, mas pelas próprias populações, segundo um processo democrático.

A organização duma economia africana, do tipo a que nos temos vindo a referir, implica, em segundo lugar, a instauração dum sistema de planificação no conjunto do sector da produção, senão mesmo no da distribuição. A importância dos investimentos, por um lado, e o controle necessário para a circulação e repartição dos capitais fornecidos pela força pública, por outro, impõem a planificação da economia africana. De nenhum modo se pode deixar entregue ao acaso de uma organização desenvolvendo-se dia a dia, sem programa e objectivo, precisos, um esforço de investimentos que implica, pelas suas consequências imediatas e longínquas, um tão considerável alcance. Sem planos de conjunto também se não pode equipar a África económica e socialmente, promover a sua agricultura pela introdução de técnicas modernas de cultura, que não são forçosamente técnicas de mecanização, modernizar a sua produção estabelecendo um equilíbrio entre um campesinato modernizado e uma industrialização bem doseada. Sabemos que as forças dominantes compreenderam tudo isto, sabemos que imaginaram a era dos investimentos massivos através da planificação. Mas, até nesse domínio, há um sério esforço de consolidação, senão de restauração que deve ser feito. Só considerarmos o sector da produção, constatamos que a parte de créditos que vêm de facto aos produtores autóctones é geralmente fracas.

O mesmo sucede com os créditos concedidos à investigação agronómica e pedológica, ao passo que a maioria dos investimentos são para despesas não produtivas (pessoal e instalações sumptuárias). Convém rectificar esta tendência de forma a que a maioria dos investimentos destinados a aumentar a produção já não sejam desviados do seu verdadeiro objectivo: Também será de desejar que a planificação se não interesse apenas pela produção mas também pelo crédito, que é factor muito importante, e pela constituição duma poupança local. O actual sistema de crédito na África francesa, não permite atingir as massas rurais e só beneficia uma classe privilegiada de brancos e pretos, susceptível de oferecer as garantias pouco adaptáveis às condições locais. Só uma reforma do crédito mais bem compreendida pode fazer com que o produtor aproveite dos empréstimos do poder público, libertando-o da usura,— essa lepra da economia africana. Contribuindo para a formação duma poupança local importante, é que se conseguirá, tanto nas cidades como nos campos, esse capital interno, sem o qual nenhum país pode ter um mínimo de independência económica. Acrescentamos que a planificação encontra a sua maior ajuda na cooperação que possua uma dinâmica económica e social a que nem as rotinas nem os obstáculos técnicos, resistam. A cooperação, pela sua acção educativa, forma o homem sem o desenraizar, dando-lhe ao mesmo tempo o gosto pela iniciativa particular, o sentido das responsabilidades e criando nele também o espírito de solidariedade; ensina o camponês negro a descobrir a sua personalidade de homem sem que para isso tenha de se desenraizar. No plano económico, também, segundo cremos, a cooperação é a única forma que,— fora de uma colectivização forçada,— pode assegurar com sucesso no estado da economia africana, a vulgarização dos meios de produção modernos, a utilização dos adubos, a das sementes seleccionadas e a utilização duma aparelhagem agrícola simples e bem adaptada aos solos africanos; numa palavra, o uso de todas as técnicas agrícolas modernas que o camponês negro não pode adquirir só por si. Finalmente, uma política africana de planificação não pode dar o que dela se espera se continuar fraccionada, por constrangida, a respeitar as decisões políticas



Provas remetidas à Censura

em 20/15/63

Prova n.º 28

Saída em 28/5/63



da Europa; só poderá mostrar o que vale se, quebrando as fronteiras artificiais e correspondendo melhor à evolução do mundo moderno, elaborar grandes computos económicos, únicos a permitirem um equipamento rápido da África pela partilha de todos os recursos internos. A recomendação de Estrasburgo sobre «a coordenação das economias dos estados membros do Conselho da Europa e dos países ultramarinos com quais mantêm laços constitucionais», depois de terem proclamado como principal objectivo a elevação de vida das suas populações pela valorização harmoniosa dos recursos próprios, enuncia entre os vários meios de realizar essa política «a coordenação dos planos de investimento, de região por região, e de produto por produto» (Documento Conselho da Europa — Tomo III 1952).

Porque se não hão-de ajudar tècnicamente entre si as fábricas vizinhas em territórios africanos franceses ou britânicos? Porque não empregarem as mesmas fontes de energia junto das fronteiras e os mesmos meios de transporte, segundo uma convenção geral que entraria no quadro duma planificação à escala internacional? Porque não seria verdadeiro sob o ponto de vista económico o que é assim considerado no plano da estratégia europeia? Porque repudiaria a Europa, que favorece a Euro-áfrica, a unidade económica da África? É indubitável que, vista deste angulo, a planificação apresenta às potências de tutela, problemas que não são de todo desprovidos de delicadeza e que seria ilusório querer adiar indefinidamente eludindo-os ou fingindo ignorá-los.

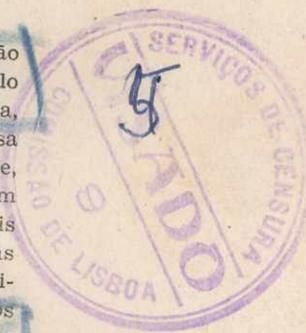
Há ainda um terceiro elemento indispensável para a elaboração duma economia africana decididamente libertada, que é a formação duma elite local dirigente. Sei perfeitamente que os nossos economistas salientam sempre a insuficiência duma mão de obra qualificada, insuficiência que eles consideram o maior obstáculo para a modernização do continente. Têm de facto razão quando sublinham esta lacuna, mas sabemos que também sob dois aspectos não têm: primeiro, porque a insuficiência profissional, longe de ser uma tara congénita, parece estar ligada ao nível de vida de tal modo que leva a perguntar qual delas é o efeito ou a causa; também não têm razão porque só estudam o problema que interessa directamente o capitalismo: o da mão de obra especializada, apta às tarefas subalternas. Se nos colocarmos na perspectiva duma economia em vias de libertação, não podemos deixar de nos preocuparmos com o problema dos quadros que amanhã serão chamados para governar os negócios do país. O que podemos nós observar na actual situação das economias locais? Uma quase-total ausência de elites dirigentes. Não há chefes de empresas no sector privado, nem nos quadros de direcção, no sector público; os raros engenheiros negros vêm-se geralmente impedidos de qualquer acesso dentro dos seus territórios de origem, quando afinal o desenvolvimento destes exige técnicos. As direcções dos serviços técnicos (finanças, economia agricultura, procriação de gado, ensinos, etc.) ficam na mão dos elementos metropolitanos das administrações territoriais, enquanto se não dispõem qualquer esforço no sentido de preparar elites autóctones para o acesso a cargos de chefia. Os trusts coloniais, de qualquer nacionalidade que sejam, francesa, belga ou britânica, não dão grandes mostras duma sã compreensão dos seus interesses quando não estabelecem no local esses quadros de direcção que, feitas as contas, lhe saíam mais baratos do que um pessoal europeu importado com enormes despesas. Quanto ao mundo financeiro, continua sendo uma misteriosa torre de marfim para as elites africanas, que pressentem a sua existência nos movimentos de capitais que adivinham e de que, quando muito, se apercebem os «mangas de alpaca». Não há de facto um banqueiro ou um director de empresa pública ou privada,

SERVIÇOS DE CENSURA
(SÉDE)
AUTORIZAÇÃO
COM
CORTES

SERVIÇOS DE CENSURA
(SÉDE)
AUTORIZADO
COM
CORTES

e os poucos elementos autoctones que se encontram nos conselhos de administração de certos organismos públicos de carácter industrial ou financeiro, só lá estão a título simbólico devido à sua inferioridade numérica, quando não é, pela sua incompetência, resultado de uma falta de formação propositada. Conhecem-se as causas dessa carência de élites de direcção; umas são imputáveis aos próprios interessados que, preferindo a facilidade ao esforço e as situações confortáveis àquelas que exigem provas de força para se imporem, preferem orientar-se para as profissões liberais que o direito, ou a medicina lhes oferecem, ou ainda, muitas vezes para as carreiras políticas em que a intriga lhes garante mais sucesso do que propriamente a inteligência ou o mérito. Contudo, na maioria dos casos, a origem desta crise de quadros autoctones não depende das élites africanas. Na maioria dos casos deve-se simplesmente incriminar a política dos governos dos países dominantes que, adaptando-se às preocupações do imperialismo capitalista, confinou deliberadamente a élite em papéis de segundo plano, reservando, tanto as funções de direcção e controle como as responsabilidades técnicas, ao elemento europeu que ficou assim identificado à potência dominante. Nesse clima, em que o próprio poder público se furta airoosamente a um elementar dever de tutela, não se pode esperar qualquer solicitude da parte dos utentes do capitalismo, trusts ou homens de negócios europeus, a favor duma formação de élites autoctones susceptíveis de se tornarem em concorrentes perigosos.

Que esta política prevaleceu tanto quanto durou o regime do imperialismo, é coisa que não espanta a ninguém; porém não poderá sobreviver ao próprio sistema. Consideramos, por isso, a formação de élites dirigentes e de técnicos, como elemento essencial para a realização da conversão da economia. Construir a África com os africanos não é adoptar uma forma de especialização de funções tendendo a relegar o elemento autoctone para os serviços menores da produção (o que não seria novidade) mas, pelo contrário, romper com esse espírito de segregação funcional, procurando associar os africanos à elaboração das técnicas de produção, às alegrias da criação pela acção e pelo pensamento, ao inebriamento produzido pela luta contra a matéria e à honra das responsabilidades partilhadas em todos os domínios. Construir a África com os africanos não pode ser apenas uma simples figura de retórica destinada a oferecer uma satisfação intelectual ou a apaziguar uma consciência popular cujos sinais de tédio traduzem já o enervamento. Será melhor do que soldados que executam a contento as ordens dos chefes, pois trata-se da preparação de chefes que, compenetrados das condições locais melhor do que ninguém, serão os melhores administradores da economia africana quando chegar a hora do render da guarda. Como observa o professor Arthur Lewis num artigo da revista britânica «Agenda», é um facto que a produtividade dos operários depende em grande parte «da maneira de serem conduzidos e dos ideais a que os sujeitam aqueles que governam a comunidade e lhe imprimem, um ritmo de vida»¹. E-nos licito pensar que a influência de organizadores, de homens de negócios, de técnicos e de altos funcionários autoctones, tendo assimilado as técnicas europeias e mantendo-se fiéis aos valores africanos, imprimirá um maior ritmo e um sentido mais especificamente africano ao desenvolvimento económico, do que as classes dirigentes vindas da metrópole podem conseguir. A Europa não pode esquivar-se a uma obrigação que se tornou urgente nesta viragem da história do Mundo, que é a de formar «homens aptos a conduzir a dança do progresso económico» sem trair a sua missão africana de conduzirem as populações desse continente à maioridade.

SERVIÇOS DE CENSURA
(SÉDE)
AUTORIZADO
COM
CORTES



Eis que abordamos agora o problema do ensino que é, antes de tudo, um problema político. Pra que o ensino na África negra seja o que deve ser, ensino da «civilização técnica» ao mesmo tempo que ensino de culturas africanas, e uma simbiose de tradições locais com alimentos cartesianos, torna-se necessário, antes de tudo, uma tomada de posição política e um compromisso que rejeite duma vez para sempre a impossibilidade duma assimilação cultural, adoptando imediatamente a única solução possível: a assimilação técnica. Fora desta fórmula não existe solução de cooperação em perspectiva, mas sim a sujeição pura e simples. Convém que os próprios africanos se convençam desta verdade a fim de resistirem àquilo que mais não é do que uma cultura falseada ou um empréstimo. O que é, realmente, a cultura? O helecionista negro-africano Sedar Senghor, que a distingue cuidadosamente de civilização, define-a como «a civilização em acção, ou melhor ainda, o espírito da civilização e o resultado dum duplo esforço, o da integração do homem na natureza e o da natureza no homem». Assim, instruir não é cultivar, mas simplesmente ajudar a fabricar um instrumento e a adquirir uma técnica. O homem só pode realizar-se inteiramente por meio dum movimento interior que lhe envolva todo o «eu»; não há homem africano sem cultura africana. Depois de grande discussão, sabe-se que a existência desta é hoje incontestável. Depois de Frobenius, um outro grande historiador das civilizações do Oeste africano, H. Herskovits, classificou-as soberanamente: «Complexos sistemas económicos bem organizados que em muitas regiões incluíam o uso da moeda para facilitar as trocas; sistemas políticos que, embora fundadas no grupo local, conseguiram administrar reinos extensos; uma complexa organização social, controlada por processos como, por exemplo, o das sanções do culto dos antepassados sob os seus aspectos familiares e compreendendo sociedades de todas as espécies, secretas ou não, que assumem funções de segurança, de polícia ou outras quaisquer; sistemas religiosos que combinam crenças e práticas e contêm uma cosmologia de concepção filosófica e ritos culturais organizados; e finalmente um elevado desenvolvimento artístico, sob a forma de literatura popular, de aspectos gráficos e plásticos, de música e de dança».

Porque se há-de hesitar em dar, juntamente com o ensino técnico, um ensino de culturas africanas que seja ao mesmo tempo artístico, literário e moral? Isto é, de facto, levantar o problema do ensino das línguas autoctones e das artes negro-africanas; também aqui os especialistas concordam sobre as possibilidades das línguas indígenas e sobre o seu inigualável valor como meio de expressão do pensamento africano e da subjectividade negra. As reticências são de ordem política; receia-se favorecer ou fortalecer tendências nacionalistas ao permitir que o negro reencontre a sua autenticidade. Política de visão curta, que não percebe que o imperialismo cultural, como todos os imperialismos, gera a revolta intelectual que já se sente vibrar na pena dos escritores africanos sob o aspecto de «negritude». Para vermos isto basta ouvir Mariama Bâ: «Tornaram branco o meu raciocínio, porém, a minha cabeça é preta e o meu sangue inexpugnável, está puro como o sol, imaculado, limpo de qualquer contacto. Mantém-se pagão nas minhas veias civilizadas e ao som dos «tam-tam» negros, revolta-se e escabeia». Não é, portanto, o medo do nacionalismo que suprime o perigo; antes o agrava, cavando fossos e criando revoltados, conscientes de terem sido diminuídos por uma cultura de importação, conscientes de terem sido desumanizados por um ensino que não respeitou a sua originalidade. E, de facto, um receio inconsiderado: deixando o negro realizar a sua natureza

SERVIÇOS DE CENSURA
(S.E.D.E.)
AUTORIZADO
COM CORTE



intima por meio do ensino da própria cultura, é ajudá-lo a descobrir a personalidade, ao mesmo tempo que abrir-lhe horizontes sobre a verdadeira cultura que irá ultra-
passá-lo, criando uma simbiose de culturas. O ensino dos valores africanos conduz
o mundo negro para um novo humanismo à escala do século XX, em vez de entre-
ga-lo a uma agressiva cultura nacional, que seria uma cultura falhada. Testemunha-o
um outro representante, altamente qualificado, da cultura negro-africana, Alioune
Diop: «Esse humanismo futuro autêntico», escreve ele, «terá, sem dúvida, cunho
insubstituível do nosso espírito, porém, animado pelos reflexos dum universo, em
que a lancinante emoção de procurar refazer-se, de criar de novo o mundo, de arros-
tar, puro, o mais clarividente e o mais crítico olhar, marcará todos os homens e
estabelecerá a verdadeira comunhão de vontades, sem que para isso se cale o timbre
especial de cada alma dentro duma total sintonia humana, vibrante de liberdade e
geratriz do Amor». Junto a este edificante testemunho, não podemos esquecer outro
não menos significativo do maior poeta da «negritude» de que se orgulha a África
negra, o serere católico Segar Senghor que, pelas suas origens e pela sua cultura,
realiza o tipo duma dupla mestiçagem, biológica e cultural. Este, colocando-se
perante um dilema, «suportar ou escolher», exclama: «Recordo esses anos de juven-
tude, essa idade da opção em que ainda não tinha nascido, dividido como então estava
pela luta entre a minha consciência cristã e o meu sangue serere. Seria realmente
serere, eu que usava um nome malinké — e o de minha mãe era de origem peule?
Já hoje não me envergonho dessa diversidade e fundo a minha alegria e a minha
certeza no olhar católico com que abranjo todos estes mundos complementares».

Sem temer ser acusadas de enunciarmos um princípio *a priori* ou simplesmente dedu-
zido, visto apoiar-se em factos, podemos dizer: é realizando-se integralmente por
meio duma cultura que o penetre, que o homem negro poderá aceder ao universal,
perante o qual todas as fronteiras desaparecem.

Como pôr em prática essa reforma de ensino tão necessária? Formando elites
técnicas em maior ritmo do que até aqui. Isto significa que a criação dos Pré-Ins-
titutos de Ensino Superior na África não pode ainda ser pretexto para impedir o
envio de estudantes para as universidades metropolitanas. É uma solução com certos
inconvenientes, no que respeita a saúde física e moral dos nossos estudantes, mas a
infraestrutura escolar da África não poderá ainda durante muito tempo fazer face
aos problemas de formação de elites. A importância do assunto mereceria da parte
dos governos a elaboração dum plano de financiamento visando a constituição dos
quadros autoctones, que deve ser uma das missões fundamentais do mundo civilizado.

Como organizar então o ensino das culturas africanas? A pergunta não é sim-
ples e não basta fazê-la para a ver resolvida. As dificuldades são sobretudo de ordem
prática e não inerentes às próprias línguas de que Davesne dizia «serem quase todas
ricas, complexas, coloridas e que denotam uma inteligência que em nada deveria à
nossa»: a francesa. C. Tastevin, um linguísta, conta que «à mais bela justa oratória
a que lhe fora dado assistir se dera em Maio de 1953 na costa do Atlântico, em
Dyambling logo ao sul do estuário de Casamansa, por ocasião dum enterro». Observa,
além disso, que «o preto não sente qualquer dificuldade em exprimir na sua língua
as mais abstractas noções da sua filosofia, quais sejam a do Acto puro, da Energia
vital, a qual, na sua ideia, é inteligente e infinita em Deus, e espalhada nos seres
criados sob vários aspectos e graus indeterminados.

o preto, digam o que disserem, é puramente monoteísta, e é com facilidade que:

SERVIÇOS DE CENSURA
(CEDE)
AUTORIZADO
COM CORTE

em 27/5/63

Prova n.º 105

Saída em 28/5/63



Provas de 105 a 129

DIALOGO E RESPONSABILIDADES NA ÁFRICA ACTUAL

«Aniquilar este sentimento (o etnocentrismo) não só é doloroso, como pode ser mesmo fatal para a sociedade que sofra tal violência».

JORGE DIAS

«Ces sociétés nègres que notre confort intellectuel postulaif comme hors du temps, les voici done projectés dans l'actualité».

GEORGE BALLANDRES

1. Acontece-nos muitas vezes supor se não será a maior dificuldade no encarar da realidade actual euro-africana — talvez só africana, mas duma África no mundo e do mundo — a necessidade imediata que presenciamos de definir um mártir, de determinar um responsável: alguém que assuma todas as culpas, que justifique todas as carências e todas as desilusões, alguém que se possa assinalar definitivamente como o réu que nos cabe julgar e que, inclusivamente, desejamos julgar paternal e enérgicamente, ou revoltada e apaixonadamente.

Na verdade, uma questão prévia que nos pode ocorrer formular a propósito da equação euro-africana, respeita ao saber das possibilidades reais em apreciar objectivamente a situação complexa do fenómeno africano dos nossos dias. E logo um primeiro impedimento nos surge: em África, sobre África, não nos é permitida a neutralidade, nem mesmo simplesmente a atitude receptiva que permite os juízos. Sobre África são demasiadas as influências contraditórias e excessivas as implicações dinâmicas. A neutralidade torna-se já uma escolha de responsável, sendo uma responsabilidade de grupo, uma cooperação (passiva embora, todavia uma cooperação) com o seu grupo, com a atitude, a escolha, do seu grupo.

Chega a parecer que a situação actual africana se resume muito perto dum dilema crucial: um ajuizar obrigatório de responsabilidades de culpa que proíbe uma neutralidade e impossibilita uma imparcialidade.

Qual o grupo responsável por um movimento que parece pôr em perigo um ideal de simbiose euro-africana, qual o etnocentrismo que, preferindo às formas de afirmação os modos negativos de valorização, criou uma autonomia que pode ser fatal, tais são as únicas interrogações que cada grupo parece poder pôr-se a si próprio, esquecido de que estas são questões que apenas permitem uma resposta válida quando consequentes com toda uma estrutura lógica de apreciação no momento pouco possível. Apegamo-nos assim a uma busca algo romântica da responsabilidade sem que o objecto dessa responsabilidade tenha sido traduzido do estado de ideal estático para o estado de realidade exequível; sem que os modos válidos de prosseguir esse ideal tornado histórico, isto é, dinâmico, tenham sido aceites na sua multiplicidade, antes de serem preferidos,

SERVIÇOS DE CENSURA
(SEDE)
CORTADO



para assim permitir que essas preferências se aconselhem então nos critérios de validade e realidade actual; permitindo que essas preferências passem da qualidade de preferência à qualidade de realidade factual à custa de valores exteriores ao grupo e interiores que se ofendem ou que se degradam.

Falamos dum ideal de simbiose entre os povos e o único modo de evitarmos o dilema improdutivo da responsabilidade actual reside na tomada de consciência atenta da responsabilidade futura. Não existe em África um tal ideal conseguido; encontramos-lo, sim, em consequimento e nesse consequimento é que importa a nossa responsabilidade.

2. Referimos simbiose entre os povos como um ideal desejável. E vamos buscar o termo simbiose à biologia, tendo por pretexto apenas o ser ele uma imagem bastante eficaz dum conjunto de anseios que revestem normalmente o íntimo do pensamento moderno a respeito das relações entre os povos, mais precisamente, entre os povos que vulgarmente dizemos raças, ou civilizações, ou culturas: simbiose como sendo aquilo que une, não o acordo entre aquilo que se opõe; como o diálogo simultâneo do dar e do aceitar, nunca meramente o parasitário dar, tão-pouco o apenas receber, nunca as resignações ou concessões que não unem mas submetem.

Simbiose que une, e unindo, o que tem em vista fundamentalmente é a coesão das pessoas, por outras palavras, o que lhe importa principalmente é que as pessoas sejam autorizadas a ser indistintamente diferentes, que possam alimentar-se do todo mais geral, que possam ser segundo um modo peculiar (o que corresponde a conviver) e no seu grupo peculiar que, quando se equivale a uma cultura tornada mais definida no tempo e no espaço por uma raça, lhe é insubstituível. A simbiose que une diferentes num mesmo anseio de cooperação, de «co-finalidade», o melhor de cada um.

Como se pode formalmente estrutural um tal tipo de simbiose, essa é uma questão posterior. De momento interessa mais que destrincemos as condições de simbiose, as condições que tornam possível uma realidade deste tipo.

Levy-Strauss, no seu livro *Tintes Tropiques* descreve surpreendido a existência quotidiana de duas comunidades mundiais que segundo o seu ver levam a cabo um tipo de convivência a que chamaríamos de simbiose na sua expressão microscópica. Ampliando esse seu tipo de convivência progressiva para as dimensões que convêm à escala, a que se põe a situação euro-africana, três características parecem condicionar a sua existência: o respeito pelos respectivos etnocentrismos num ambiente de tolerância, colaboração comumente vantajosa, perspectiva essencial de diálogo.

3. A primeira condição de simbiose será portanto, colocados neste

2

SERVIÇOS DE CENSURA
(SÉDE)
CORTADO



ponto, de vista, o respeito mútuo pelos respectivos etnocentrismos.

Qualquer estudo atento das civilizações ditas primitivas como das ditas superiores, qualquer olhar menos profundo lançado à psicologia das culturas e muito especialmente das culturas que constituem raças ou das raças que se sentem culturas, cedo descobrirá a existência de um critério interior tendente a pretender a sua unicidade, pelo menos a hiper-valorizar-se, sempre a ajuizar dos factos de outras culturas segundo os critérios da sua.

Assim procederam os gregos e os romanos em relação aos bárbaros nórdicos e possivelmente se atrevem agora estes no seu íntimo em relação aos gregos ou aos romanos actuais. Tal como as lendas ameríndias em relação à criação do homem. Tal como aconteceu com os esquimós que pensaram a todos os brancos que os visitaram como em busca da «sua» perfeição. Tal como as pesquisas de Cheik Anta Diop e seus discípulos de uma origem negra de toda a civilização no Egipto clássico. Tal como o sentimento de superioridade exaustiva da Europa colonizadora.

Não importa aqui descrever e deduzir todas fórmulas de etnocentrismo, das menos válidas às mais válidas, das mais positivas às menos positivas, do racismo, ao patriotismo ou ao imperialismo. Interessa apenas considerar esta atitude emocionalmente condicionada que leva a considerar e a julgar com critérios fornecidos pela própria cultura, no que ela representa com factos sólido no alicerçar da simbiose cultural.

É verdade que o etnocentrismo é a causa da maioria dos conflitos graves entre as sociedades humanas através dos tempos mas, por outro lado, não podemos esquecer que está ligado a um sentimento de justificação dos motivos próprios e de confiança nos valores da própria cultura que pode e tem dado origem a formar de indiscutível alcance para um futuro bem-estar e paz da humanidade. É que neste etnocentrismo próprio de cada grupo que a pessoa vai encontrar a circunstância de afirmação e progresso pessoal.

Assim, respeito pelos respectivos etnocentrismos num clima de tolerância. Tolerância que aceita que cada grupo se afirme diferente, que significa não tanto um tolerar as diferenças do outro, mas o outro diferente, isto é, não um aceitar as imperfeições do outro, mas o outro imperfeito, tolerância que se alimenta no ser diferente ele próprio, no ser imperfeito ele próprio, tolerância tornada condicionamento emocional.

A tolerância prática, respeitando a condição humana, aceita as divergências como uma provocação constante para a procura da harmonia da paz. A intolerância, pelo contrário, recusa a diversidade porque absolutiza os meios que transforma em fins. Consequentemente, submete os homens a esses meios e recusa orgulhosamente a fraqueza da condição humana que quer ultrapassar através duma violência contra a natureza, causando os conflitos, as lutas, as catástrofes.

Na prática, a intolerância torna-se uma falta contra a realidade, a

3

SERVIÇOS DE CENSURA
(SÉDE)
CORTADO

Provas remetidas à Censura

em 27/5.../63

Prova n.º 108

Saída em 28/5/63



verdade das pessoas; sendo por vias diferentes que o homem ascende para a plenitude, sendo o homem limitado e não podendo nunca escalar senão uma parte da plenitude, a intolerância prática supõe a verdade relativa quando, na realidade, é o homem que a procura que é relativo. Ora a tolerância prática traduz-se no desrespeito dos etnocentrismos quando a única intolerância que a simbiose exige é a que designa o respeito absoluto pela verdade: repetindo, este respeito absoluto pela verdade exige o reconhecimento da relatividade das pessoas em relação à verdade e, portanto, o florescimento das suas procuras peculiares.

4. Uma segunda condição da simbiose cultural, dissemos, é a colaboração comumente vantajosa. Na verdade, colaboração tem um valor semântico que por si mesmo deveria ser suficiente para dispensar aqueles atributos. Todavia, parece haver no aspecto das implicações práticas da colaboração entre dois grupos, em certos casos, uma confusão que leva a que, como dizia Rabamandjara («quando se fala de colaboração entre brancos e negros») «aconteça muitas vezes que alguns entendem colaboração como a existente entre o cavaleiro e a sua montada».

A colaboração significa a busca mútua do bem comum num clima de confiança. Sem confiança não pode haver na realidade qualquer tipo eficaz de colaboração. Um facto a notar todavia é que entre a Europa e África, aliás como entre os blocos políticos, entre os povos, entre os grupos sociais, entre os indivíduos, as relações estão envenenadas pela desconfiança. Esta não tem nada em comum com a pendência elementar que se recusa a dar crédito a tudo e a qualquer coisa. Ela é muito diferente do não realismo que enfrenta o mal e se defende. A desconfiança identifica o «outro» como o mal: o «outro» é aquele que não é do mesmo partido, da mesma escola, que não pensa como eu; o «outro» é aquele com quem é preciso lutar. Há que reconhecer que o princípio do «contre l'autre» ou da «inimistié constitutive» de que fala Maritain impregna a mentalidade de muitos quer europeus quer africanos. Não se luta contra falsas teorias ou contra más instituições, luta-se contra pessoas. Ignora-se o adversário e só se vê o inimigo.

Ora os frutos da desconfiança são sempre envenenados. Em todas as hipóteses escolhe a pior e leva-a ao seu extremo. Proclama hábito a fraqueza de um instante. A desconfiança gera a desconfiança e o seu autor cedo se torna vítima também.

No entanto, uma condição de simbiose autêntica é uma colaboração autêntica, confiada, comumente vantajosa e comumente achada vantajosa.

5. Por último uma perspectiva essencial de diálogo. De diálogo sincero, isto é, troca entre pessoas consideradas iguais no que respeita ao valor humano fundamental, sincero, isto é, que é sincero e que supõe sinceridade, «que acredita na sinceridade do interlocutor mesmo que este

SERVIÇOS DE CENSURA
(SEDE)
CORTADO



nos tenha enganado até agora» como dizia o P.º Raliabera.

«Se os brancos não cessam de repetir: «olhem o que fizemos: escolas, hospitais, estradas, explorações económicas...» nós temos uma ladainha de justas recriminações para recitar e o diálogo não será possível. Por outro lado, se nós só gritamos: «o colonialismo é o roubo, é o desprezo da pessoa humana, é a anulação do valor original dum povo, é o massacre lento mas sistemático...» estas fórmulas, apesar da parte de verdade que possam conter, terão o efeito de todas as generalizações: aquele a quem nos dirigimos, em vez de corrigir os seus erros, endurece a sua posição... Eis-nos assim bem longe do diálogo».

Diálogo sincero, ainda aqui confiante, intolerante da verdade, tolerante nas pessoas. Normalmente cada um julga-se segundo as suas intenções e não segundo os seus actos; por seu lado, o intolerante, a esse aprecia-se unicamente segundo as suas acções e não segundo o seu ideal. Daqui que nunca se chegue a um diálogo. Para haver diálogo é necessário haver ausência de julgamento, mas antes partilha de juízos.

Aliás nisto reside a autenticidade de todo o diálogo: o sentido da responsabilidade do grupo. A responsabilidade do passado não importa ao diálogo; essa compete destrinchá-la o historiador ou o sociógrafo a braços com um jogo de causalidades. Ao diálogo importa a responsabilidade de construção. A busca das culpas apenas pode interessar se com o fim de emenda; como pretexto de monólogo violento, é destrutiva.

O diálogo de simbiose partilha a responsabilidade de construção.

A África de hoje surge-nos ambígua; é a ambiguidade que a qualidade de colonizadores impõe também a estes. A Europa tem um certo receio de avaliar as suas traições e as suas desilusões, e a principal razão deste receio é o medo de fornecer os argumentos que «África poderia retribuir. Torna-se necessário um responsável; a Europa diz que o aluno desiludiu o professor e que só soube pagar com a ingratidão. Esta astúcia, grosseira, volta-se contra a Europa. A África utiliza-a por sua vez para fazer esquecer as insuficiências das sociedades que edificou e acusa a dominação europeia de contrariar o progresso do mundo africano. África e Europa lançam-se mutuamente a acusação da responsabilidade: a má fé produz a má fé, como o racismo produz um racismo de defesa e, depois de ataque. Existe uma fuga, talvez mútua, ao diálogo.

MANUEL TAVARES DA SILVA

5

SERVIÇOS DE CENSURA
(SEDE)
PORTADO

h

130
145

20
145

130
132

O TEMPO E O MODO — N.º 5
Provas remetidas à Censura
em 30-5-63
Prova n.º 130
Saída em 28/5/63



O ESPIÃO APODRECE

Oley Penkovsky tem um buraco no peito e está a apodrecer. Não era um homem, era um espião. A inconsolável nostalgia do grande Império Britânico consome tipos deste estilo. Do mesmo modo que o poético estratofetismo americano e soviético e a delirante megalomania do general De Gaulle. E assim por diante. Periódicamente, em todos estes campos mais ou menos dissidentes, solenes tribunas repetem a constração do socialismo, os perenes valores do Ocidente, a missão da França, o prestígio de Sua Majestade britânica, e acabam por dizer: «faça-se um buraco redondo no peito de Oley Penkovsky». O peito do espião é estrelado de cruces e esmeraldas que os incansáveis construtores do socialismo, os encarniçados defensores do socialismo, os encarniçados defensores do Ocidente, os fiéis intérpretes da missão da França ou os sereníssimos súbditos de Sua Majestade britânica lhe ofereceram, um dia, num silêncio comovido e grave. Ele caminha assim para o sacrifício, aureolado e escarnecido. Mártir e ímpio. E então que os doze soldados matinais lhe perfuram o peito, a uma ordem seca e gritada. Os nobres ideais dos modernos impérios falam esta linguagem sincopada e breve: doze bocados de ferro incandescente. Não é um homem que apodrece e morre: o buraco alastra sobre o peito de Oley Penkovsky, inveja, esperança e ciúme das grandes potências em luta.

F. F. G.

SERVIÇOS DE CENSURA
(SEDE)
CORTADO





NON POSSUMUS

Nota da Redacção — Ao incluímos na nossa Antologia deste número o importante texto de André Gorz «Non Possumus» pretendemos chamar a atenção para os dolorosos casos de consciência, as contradições e as angústias a que a corrida aos armamentos e a política de destruição dão aso

Ela é — em certa medida — um prolongamento, através dos dramas individuais e colectivos que todos estamos vivendo nesta hora — das solenes advertências e pedidos do Papa, que noutro lugar inserimos.

«Que se não poupem esforços nem trabalhos até imprimir ao acontecimentos uma orientação conforme à razão e à dignidade humanas» (João XXIII).

SERVICIOS DE CENSURA
(S&S)
CORTADO

Provas remetidas à Censura

em... 30-5-1963

Prova n.º 134

Saída em 28/5/63



O QUE É QUE O BENFICA TEM?

O mês de Maio costuma ser o mês de flores e do amor. Este, como o do ano passado, foi o mês da Taça, o mês do Benfica, a exemplo dos restantes meses do ano. Desta vez, o cenário foi o estádio de Wembley, em Londres, que os penetrantes críticos dos jornais desportivos designam, em encantador paralelismo, de «catedral do futebol». Contrariamente à tradição, houve duas sem três e a Taça lá ficou nas mãos dos italianos, brasileiros e outros sul-americanos que constituem a equipa italiana do Milan. Por via desta contrariedade, uma enorme, uma irremediável mágoa desceu sobre o país inteiro, com grande coro de lamentações, de arrependimentos, de críticas e de medicinas para o futuro. Nove milhões de portugueses perguntam: quanto ganha Riera? porque não alinou o José Águas? que se passa com o Zé Augusto? Costa Pereira diz que foi «excesso de confiança»; Simões acredita ferozmente em Fernando Riera e este, que já declarara que o Benfica, como o Real Madrid, «é um fenómeno de pura organização», cala-se e medita. A Nação, essa, firme e exclama, em místico arroubo: «a Taça ou a morte!» E, como já não tem taça, vai, de facto, morrendo...

★

Há tempos, o árbitro de um célebre jogo no Prater de Viena, acusou o demasiado dinheiro que anda metido nestas coisas da bola: os espectadores tinham ensaiado cânticos e marchas patrióticas sobre o relvado, enquanto queimavam simbólicos madeiros...

Artes, berloques, dinheiro e outras coisas.

SERVIÇOS DE CENSURA
(SÉDE)
AUTORIZADO
COM
CORTES



PACEM IN TERRIS

EXCERTOS

Nota da Redacção — *Por motivos alheias à nossa vontade não pôde O TEMPO E O MODO incluir no seu presente número um artigo de comentário à Encíclica Pacem in Terris.*

Com plena consciência da excepcional importância desta Encíclica, resolveu a redacção da Revista publicar alguns excertos, que nos chamara mais significativos — toda a Pacem in Terris o é — mas, porventura, mais argentes aqui e agora.

Foi essa a única fórmula que encontrámos para que uma revista atenta ao tempo e ao modo não permanecesse alheia a um documento que — se os católicos lhe soubessem ser fiéis e os homens de boa vontade atentos — tão profundamente influenciará e modificará o nosso tempo e o nosso modo.

SERVIÇOS DE CENSURA
(SISE)
CORTADO

Bem andou a Direcção-Geral de Saúde do Ministério da Saúde e Assistência a publicar o opúsculo que temos na frente: «Cartilha de Sanidade para Conduta do Povo Português». Não hesitaremos em classificar de muito importante o conteúdo e a forma desta oportuníssima «Cartilha». Começa ela por uma definição de asseio cuja ética concisão nós gostaríamos de propor à consideração da Organização Mundial de Saúde. Por asseio, reza a Cartilha, *entende-se a eliminação de qualquer residuo podre, infecto, excrementno, que pode conter micróbios nocivos*. E, mais adiante, a «Cartilha» recomenda, «como prática muito vantajosa» — «a lavagem... da cara e pés, ao recolher a casa no fim do dia de trabalho no campo».

Depois, a «Cartilha» vitupera «o vício generalizado da gente rural abandonar a descoberto as fezes de que se exonera» (sic), propõe-se «levantar alarme aterrorizador contra este desleixo» e preconiza que «hão-de instruir-se os pais, todos sem excepção, para adquirirem o hábito de enterrar os dejectos e educarem os filhos na mesma prática invariável...» Isto porque, como explica a «Cartilha», não é possível o grande aperfeiçoamento que seria «não consentir casa sem sentina», dada a despesa incomparável para a condição económica do morador.

Um capítulo da Cartilha, o II, dedica-se à «Tuberculose, tracoma e lepra» e dos conselhos e prevenções que nele se inserem, descontado o acaciano do estilo, bem ressumam conclusões capazes de dar uma optimista alegria ao mais pessimista observador dos nossos hábitos sociais.

Começa assim o capítulo V, titulado «Mortalidade Infantil»: «Uma das maiores desventuras da sanidade portuguesa está na mortandade de crianças com menos de doze meses. Em cada mil nascimentos morrem cerca de 130 durante o 1.º ano de vida». Após recomendações diversas, de carácter mais ou menos dietético (e nestas coisas, a dietética é como o latim, se não esconde, atenua!) conclui a «Cartilha»: «Da divulgação e prática do recomendado nesta Cartilha dependerá a baixa de quota da mortalidade infantil, há mais de vinte anos conservada imóvel em posição desventurosa, prejudicial ao brio português.»

Falemos, pois, já que a «Cartilha» o lembra, em coisas desventurosas. Voltemos a ler a «Cartilha», uma das mais desventurosas de todas. Meditemos um pouco, agora que terminou a reunião da E. F. T. T. e enquanto a Europa nos espera, no tracoma, nos dejectos, na tuberculose e lepra, até nas tais cento e trinta crianças mortas... Pois tem a «Cartilha» razão: isto é prejudicial ao brio português...

Provas remetidas à Censura

em... 30-5/63

Prova n.º 136

Saída em 28/5/63



SERVIÇOS DE CENSURA
(SDE)
CORTADO



Nota da Redacção — Serve este capítulo da obra *Réflexions sur l'Economie de l'Afrique Noire* (Paris, 1960), de texto de apoio ao artigo de M. de Santos Loureiro *Problemas do Desenvolvimento Africano*, que neste número incluímos.

Ao escolhê-lo para figurar na nossa Antologia, não pretendemos que ele traduza a única forma de encarar os problemas económicos do continente negro, mas sustentamos a sua validade e a importância das vias que o seu autor nos apresenta. Vias, aliás, que são hoje trilhadas e ajudadas por boa parte das élites africanas. Que mais não houvesse — e há — eis o que se nos afigura razão de sobra para justificar a nossa opção.

SERVIÇOS DE CENSURA
(E.D.E.)
CORRIDADO
COM
GORTI



O V CICLO DE TEATRO DO C. I. T. A. C.

À semelhança dos últimos quatro anos, o C. I. T. A. C. (Círculo de Iniciação Teatral da Academia de Coimbra) acaba de realizar, com subsídio da Fundação Calouste Gulbenkian, mais um Ciclo de Teatro para o público do centro do país.

~~Empresa que não supre, nem de longe, as deficiências de uma distribuição da cultura que entrega a província a uma completa orfandade artística — mesmo por parte de companhias subsidiadas com dinheiro que é de todos, provincianos e urbanos — e que não cremos absolutamente incorrigível independentemente de transformações de outro género (de transformações de economia e de sociologia, que são as únicas a dirimir radicalmente o muro da vergonha entre a glóbia e a urbe). Lembremos, com efeito, o que se passa na França com o T. N. P. e o que vimos na Alemanha entre Colónia e Bona: não só as companhias se deslocavam sistematicamente de uma terra a outra terra, mas repetiam-se todos os espectáculos — as diferentes peças, óperas e concertos. Ora será impossível que as nossas companhias subsidiadas repitam, pelo menos em Coimbra e no Porto, as peças mais importantes que levam à cena?~~

Por outro lado, e com maioria de razão, é nítido que o Ciclo não cobre a deplorável ausência de educação artística que se verifica nos alunos do ensino superior (para falarmos só destes e não de outros, ou de outros níveis da população não menos órfãos ou menos carecidos), que se destinam — soe dizer-se — a constituir o futuro escol dirigente, e se encontram, no entanto, em duas universidades, num perfeito abandono do ponto de vista do teatro, do bailado, da ópera, da música, sem matinées ou descontos ad hoc mesmo nas poucas e mal escolhidas deslocações de uma que outra companhia em relax. ~~Donde não serem muito lisonjeiras as perspectivas de actuação desses estudantes nas suas possíveis metamorfoses futuras (incluindo as educativas), carregando com o peso, não só de todas as limitações que indiscriminadamente os atingem como atingem qualquer pessoa, mas ainda dessas, e bem discriminadas, que lhes advêm das condições de geografia.~~

Porém, é indiscutível que o Ciclo atenua, se não elimina, o deserto teatral em que se move a Academia de Coimbra, num esforço de auto-abastecimento que estava na lógica de iniciativas anteriores. Com efeito, depois de um punhado de estudantes e a inteligência de um Mestre terem, em 1938, erguido e imposto, dentro e fora do país, o raro exemplo de cultura de um T. E. U. C. — reconhecido hoje, não apenas como modelo de pioneirismo inteligente na divulgação do melhor teatro português e

SERVIÇOS DE CENSURA
(SÉDE)
ORIZADO
COM
PORT

Provas remetidas à Censura

em 31-5-1963

Prova n.º 148

Saída em 28/5/63



estrangeiro, ou como escola de arte de dizer a um nível desconhecido das próprias instituições oficiais desse género, mas também como severa edificação de beleza que nos deu, além das mais insignes representações de Gil Vicente que conhece a cena lusitana e, certamente, a do mundo, uma Medeia de pungente rigor trágico e um Retablillo de Don Cristobal de frescura inexcelsível (para citarmos só os momentos mais ímpares de uma teoria de encenações sempre lúcidas e nobres) —, outro grupo de estudantes funda em Coimbra o C. I. T. A. C., que, graças à Fundação Gulbenkian, pôde assegurar-se o concurso de Luís de Lima e converter-se, rapidamente, num núcleo não menos sério de educação e de divulgação artística. Se, com A rabeça de Prista Monteiro e o Prof. Tarane de Adamov, revelou, em 1961, que conseguira superar as suas maladias infantis e decididamente caminhar num rumo digno e exultante de modernidade e de beleza, em 1962, com a magnífica encenação de um Tártuo — um dos mais altos momentos de teatro entre nós, e não apenas em Coimbra — mereceu inequivocamente a consagração e o respeito de todos os espectadores. Apesar da misogenia do ambiente, foi uma autêntica escola de representação a que o T. E. U. C. e o C. I. T. A. C. ergueram em Coimbra, com resultados que ombreiam com o que se tem feito de melhor na cena portuguesa e trazendo mais prestígio à própria Universidade do que outras suas e mais zeladas iniciativas. A tal ponto que, graças ao T. E. U. C. e ao seu Director, beneficiou a Faculdade de Letras do legado Jorge de Faria e, conseqüentemente, da instituição de uma cadeira de História do Teatro que julgamos ser única na Universidade Portuguesa; e, graças ao C. I. T. A. C., instituiu a Fundação Gulbenkian, na Associação Académica, um Curso de Teatro regido por Luís de Lima que poderia ter sido a trave-mestra do venerando conservatório há muito tempo exigido pelas necessidades da cultura tanto no centro como no norte do país.

Infelizmente, não se entendeu assim, e — contra todas as expectativas — não só a cadeira de Teatro não foi entregue a quem, durante vinte anos, conquistara duramente o título de seu professor, mas ainda o curso promovido pela Gulbenkian se frustrou inexplicavelmente pela não recondução de Luís de Lima no cargo de director artístico do C. I. T. A. C., a despeito das provas mais do que eloquentes que, em dois anos de direcção, ele deu ao público e aos especialistas da nossa cena.

Mau grado estas e outras conhecidas circunstâncias que teimam em não atender à verdadeira capacidade criadora e formadora da universitas scholarum, o esforço artístico dos estudantes de Coimbra não se perdeu em 1962-63. Sobejamente o demonstram as anunciadas celebrações dos

SERVIÇOS DE CENSURA
(SÉDE)
AUTORIZADO
COM
CORTES

Provas remetidas à Censura

em 31-5/63

Prova n.º 149

Saída em 28/5/63

25 anos de existência do T. E. U. C., como o demonstram, de resto, a organização do V Ciclo de Teatro e a intervenção que nele teve qualquer dos dois agrupamentos académicos.

Tal como nos anos anteriores, tentou fazer-se do Ciclo uma panorâmica da cena declamada, trazendo-se a Coimbra as melhores trupes portuguesas em actuação. De novo, porém, a companhia nacional número um (visto ocupar o teatro de Garrett) revelou a sua alta consciência pedagógica, evitando-se a participação de qualquer maneira no Ciclo. Vieram o Teatro Experimental do Porto, com Todos eram meus filhos, de Arthur Miller, a Companhia Nacional de Teatro, com A rainha e os revolucionários, de Ugo Betti, e o Grupo de Teatro Moderno, com Ratos e homens, de Steinbeck, e Os três chapéus altos, de Mihura. Não compete fazer a crítica das peças e das encenações, vastamente comenadas na altura da respectiva estreia. Diga-se, no entanto, que não compreendemos a inclusão no Ciclo de peças como a de Ugo Betti — verdadeira demissão humanística de um autor, sem qualquer sombra de validade mesmo no plano espiritual ou pessoal a que pretende aceder e de que é apenas uma irrisória caricatura — e até, de algum modo, como Os três chapéus altos — pretexto gracioso para uma excelente interpretação de Rui de Carvalho, mas, apesar de um vago tom chaplinesco, não suficientemente liberto de certa ganga revisteira e equívoca para se impor ou medir como um autêntico teatro moderno.

O C. I. T. A. C., dirigido agora por António Pedro, apresentou-nos este ano a peça de Karel Chapek, R. U. R., traduzida em português por Manufatura Universal de Autómatos, S. A. R. L.. Peça datada e que, mesmo na circunstância, não se impunha nem por um texto poético, nem por uma carpintaria lúcida, nem por uma mensagem unívoca (crítica ao Übermensch? crítica à sociedade industrial? crítica ao cientismo? crítica ao capitalismo?), cremos que não merecia, na presente conjuntura, escolher-se para o repertório de um teatro universitário. Isto principalmente quando certas alusões mais profundas não apareceram na representação definitiva (como, por exemplo, na cena XI do II acto, a referência aos «autómatos nacionais»); e, mesmo abstraindo disso, quando, do ponto de vista do conteúdo, o que importa é reagir inexoravelmente contra toda a ambiguidade alienante que se reveste dos prestígios da criação artística, e, do ponto de vista da forma, o que urge é um regresso à nua e simples consciência do homem e da situação, ao rigor dialéctico das contradições vividas, e não fitas, re-convertendo o drama à palavra e ao gesto, e não extrovertendo-o em mecanismos acessórios e tendencialmente alienatórios. Ora, nos dias de hoje, ninguém entende nem o drama da cibernética (se



SERVIÇOS DE CENSURA
(SÉDE)
AUTORIZADO
COM
GORTES

Os autómatos são mesmo autómatos: interpretação simplista), nem uma possível revolução de pessoas que seja fruto de uma gratuita concessão do despotismo (mais ou menos pesquisante ou mais ou menos delirante: Dr. Gall) e que, depois de agir cegamente na destruição de toda a cultura, será ainda às ideias da civilização permida (aos planos do velho Bossum) que vai pedir a sua própria sobrevivência (que só encontra, de resto, numa providencial intervenção de um erro humano e mais ou menos divino). Tudo isto em forma confusa, esquemática, primária, sem a força da verosimilhança nem a profunda consciência do símbolo. O que, entretanto, não prejudica uma certa e segura carpintaria de suspense, de choque, que, combinada com uma ausência quase completa de psicologia, facilita a adesão do espectador sem muito exigir da robustez da arquitectura; e principalmente não diminui o excelente efeito espectacular de uma encenação que inteiramente aproveita essas facilidades (relativas, como é óbvio, à direcção dos actores), sem se eximir às correspondentes dificuldades (luzes, som, jogo de cena), e que, podando o texto de impossíveis excrescências, transformou, por exemplo, um final grotesco em um epílogo deliciosamente conseguido. Junté-se a isto o nível médio da interpretação e teremos de concluir que Manufactura Universal de Autómatos, S. A. R. L. é uma prova patente da maturidade do C. I. T. A. C. (a peça foi encenada em mês e meio, com três dias de ensaio por semana, num verdadeiro tour de force), revelando-se digna, como resultado cénico, não só das palmas do melhor amadorismo, mas de um autêntico e equilibrado profissionalismo. Se o zelo na recitação e na colocação dos actores — que é a pedra de toque, a nosso ver, do teatro verdadeiro — não ceder à tentação (perigosíssima e frequentíssima) de impor uma forma artística pelo que ela não é, ou não é principalmente (cenografia, sonoplastia, luminotécnica, efeitos especiais) — não esquecendo o peso disso nalgum teatro moderno, particularmente o americano, e mesmo sem preconizarmos uma sistemática Verfremdung à Brecht ou ignorarmos e eficácia da catharsis e até do «terror» em sentido helénico — se, em suma, sem qualquer jansenismo formal, o C. I. T. C. C. se reconduzir às vias de um teatro mais directo e mais puro, mais unívoco e mais pedagógico, não terá sido inútil este «divertimento» passageiro que lhe permitiu continuar e continuar com dignidade.

Com Breve sumário da História de Deus, voltou o T. E. U. C. à tradição vicentina no mais difícil deste género, colocando-se no extremo oposto, do ponto de vista do texto, à peça de Karel Chapek. Texto magnífico, digno de ser transposto para a cena com o vigor e a fidelidade a que nos habituou Paulo Quintela, mas requerendo, decerto, um arrojo ainda



SERVIÇOS DE CENSURA
(SÉDE)
AUTORIZADO
COM
GORTES



melhor do que os restantes autos vicentinos, pela existência de um ritmo, de uma recitação, de uma economia de expressão, que superem o estatismo do conjunto sem sacrifício da sua nobreza, não foram pequenos os óbices a vencer para o êxito final do empreendimento. Com auxílio da música de Sousa Santos (das mais felizes partituras que conhecemos a ilustrar textos medievos), um cenário que preferiríamos mais duro e uma representação que atingiu alguns momentos de excepção (como no caso da figura de Job, encarnada por um actor de rara fibra, ao nível de um Dinis Jacinto da Barca do Inferno, uma Lídia Vinhas, de Medeia, ou um Francisco Delgado do Tartufo), criou Paulo Quintela um espectáculo perfeitamente digno das tradições do T. E. U. C. e com a novidade de uma encenação simbólica que revela a sua capacidade de renovação adentro mesmo da dramaturgia vicentina. Só quem desconhece os problemas de um elenco quase totalmente novo como o do T. E. U. C. de 1963 e as exigências de um texto poético que, com a expressão que o sublinha, retém, de princípio a fim, a única suspense válida do drama (além de requerer, não um, mas múltiplos «protagonistas»), não releverá a debilidade com que um ou outro intérprete recitou porventura as indicações do encenador, ou tenderá a diminuir, a pretexto dos consequentes ralentis do «tempo» dramático, o indiscutível sortilégio de uma obra artística que se impõe muito menos pelos reverberos luminosos e a incandescência de uma rosácea românica do que pelo jugo violento e comovedor da palavra fremente de uma Eva ou de um Job.

O. C.